



**Faculdade de Ciência da Informação (FCI)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCinf)**

LAILA FIGUEIREDO DI PIETRO

**ESTRUTURAÇÃO DE ACERVOS IMAGÉTICOS E ACESSO À INFORMAÇÃO:
ESTUDO DE INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA NO CHILE E ARGENTINA**

**Brasília
2014**

LAILA FIGUEIREDO DI PIETRO

**ESTRUTURAÇÃO DE ACERVOS IMAGÉTICOS E ACESSO À INFORMAÇÃO:
ESTUDO DE INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA NO CHILE E ARGENTINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial da obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Organização da informação
Grupo de pesquisa: Acervos fotográficos

Orientador: Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez

**Brasília
2014**

D596e Di Pietro, Laila Figueiredo.

Estruturação de acervos imagético e acesso à informação: estudo de instituições de memória no Chile e na Argentina / Laila Figueiredo Di Pietro. – Brasília, 2014.

101 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2014.

Bibliografia: f 86 – 91.

Orientador: Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez.

1. Fotografia. 2. Arquivologia. 3. Ciência da Informação. 4. Ditadura Militar. 5. Memória. 6. Chile. 7. Argentina. 8. Fotografia. I. Lopez, André Porto Ancona. II. Título.

CDU 002:77

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: ESTRUTURAÇÃO DE ACERVOS IMAGÉTICOS E ACESSO À INFORMAÇÃO:
ESTUDOS DE INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA NO CHILE E NA ARGENTINA.

Autor (a): Laila Figueiredo Di Pietro

Área de concentração: Gestão da Informação.

Linha de pesquisa: Organização da Informação.

Grupo de pesquisa: Acervos Fotográficos

Dissertação de mestrado submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação

Dissertação aprovada em 3 de julho de 2014.

Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez
Presidente (UnB/PPGCIInf)

Prof.^a. Dr.^a. Beatriz Kushnir
Membro externo (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Cláudio Gottschalg Duque
Membro interno (UnB/PPGCIInf)

Prof. Dr.^a. Eliane Braga de Oliveira
Suplente (UnB/PPGCIInf)

Dedico esse trabalho a todos que estiveram e estão presentes na minha vida, apoiando-me nas minhas escolhas e fazendo a cada dia a vida valer mais a pena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio durante todos esses anos de estudo.

Ao meu pai, Leandro, por sempre estimular meus estudos e demonstrar seu orgulho e admiração a cada passo meu cumprido.

À minha mãe, Sílvia, pelo exemplo. Estou segura de que a minha paixão pelos livros e pela leitura é parte das melhores coisas que aprendi a observando.

Ao meu irmão Tomás, uma das pessoas mais inteligentes que conheço e a quem eu mais admiro, que me faz querer sempre superar minhas próprias expectativas.

À minha cunhada Nádia, por me dar uma nova e diferente alegria por meio dos meus dois sobrinhos, Valentín e José. O sorriso dessas crianças me faz querer ser cada vez melhor.

À Kiki, por estar sempre disposta a me ajudar e cuidar de mim quando precisei, e ao Tio Beto que, mesmo não estando mais aqui, é para quem eu busco fazer o meu melhor e ser feliz. Agradeço imensamente aos dois pelo amor incondicional.

À minha avó Cecília, meu avô José Maria e à minha avó Antônia, meus tios e primos. A família é um porto seguro durante todo o caminho que cruzamos em nossa vida.

Aos meus sogros, Solange e Gerardo. Obrigada por fazerem parte da minha vida.

Aos professores André e Darcilene, pela amizade, pelos ensinamentos e pela inspiração.

Aos amigos que fiz durante essa caminhada, Pedro Davi, Sérgio, Rafael, Vanessa, Cristiane, Carlos, Patrícia, Alessandra, Mariá, Tayná e Martha, por estarem sempre dispostos a ajudar.

À professora Antonia e a todos os colegas do GPAF pelo apoio e por compartilharem seus conhecimentos.

A Soledad Díaz, Paulina Bravo, Evangelina Sanchez, Maria Paz Vergara Low e todos que me ajudaram durante a pesquisa realizada no Chile e na Argentina.

Às minhas amigas Lara, Nathalia, Beatriz, Daniela, Fernanda, Lígia e Ludmila pela amizade e paciência. Sem vocês nada disso seria gratificante.

A todos meus amigos queridos por deixarem minha vida mais alegre.

À Denise, pelas oportunidades, que foram essenciais no crescimento desse projeto, e pela amizade.

E, principalmente, agradeço ao Gera, meu amigo, companheiro, namorado, marido, por fazer questão de lembrar-me todos os dias que somos capazes de fazer o que sonhamos. Obrigada pelo apoio, pela compreensão e, mais que tudo, pelo amor.

Muito obrigada a todos.

*“Todo está cargado en la memoria,
arma de la vida y de la historia.
La memoria apunta hasta matar
a los pueblos que la callan
y no la dejan volar libre como el viento.”*

León Gieco

RESUMO

A preservação da memória, além de um direito humano, é uma obrigação da própria sociedade, que deve se estruturar para organizar e conservar os acervos documentais que garantem esse processo. O documento fotográfico é representativo e possui valor testemunhal. A massa de fotografias sobre as épocas de repressão nos diversos países da América do Sul se constitui como importante elemento de prova de violações dos direitos humanos e condutas de regimes militares, contribuindo para novas narrativas da história nacional. A organização, o tratamento e a preservação destes acervos visam o acesso à memória social, evidenciando os laços identitários. A pesquisa analisou as estruturas de organização aplicadas a documentos que possuem grande valor histórico e contribuem para o exercício da cidadania e para a construção da memória coletiva e individual. Para a pesquisa, foram adotados os acervos fotográficos de quatro instituições de memória que apresentam diferentes características de acervo, armazenamento e apresentação: *Museo de la Memoria y Derechos Humanos* (Chile); *Fundación Vicaría de La Solidariedad* (Chile); *Londres 38* (Chile) e *Memoria Abierta* (Argentina). A organização utilizada pelos centros de informação foi analisada a partir de entrevistas, visitas às instituições e informações disponibilizadas na *web*, identificando os princípios e técnicas empregados para garantir a manutenção da autenticidade da informação original, além de sua preservação, recuperação, difusão e acesso.

Palavras-chave: Acervo imagético. Acesso à informação. Arquivologia. Biblioteconomia. Fotografia. Memória.

ABSTRACT

The preservation of memory, beyond a human right, it is the own social obligation, who should build a structure for organize and conserve documental collections to guarantee the process. Photographic document has representative and testimonial value. Photographic collections about the times of repression in many countries of Latin America work like an important evidence of human right violation and military governments behavior, helping to national history's new narratives. Organization, treatment and preservation of these documents aim to social memory access, showing identity links. Research's objective is the analysis of organization structure applied to imagnetic documents, with historic worth and collaborates for citizen practice and for individual and colective memory. For research, four institution memory's collection were adopted, who presents different collection, storage and presentation features: *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* (Chile); *Fundación Vicaría de la Solidaridad* (Chile); *Londres 38* (Chile) and *Memoria Abierta* (Argentina). The organization used by the information centers were analyzed from coordinated interviews, museum visits and web sites information, identifying principles and techniques manage to guarantee the maintenance of original information authenticity, beyond preservation, recovery, diffusion and access.

Keywords: Archival Management. Information access. Librarianship. Memory. Photographic. Photographic collections.

RESÚMEN

La preservación de la memoria, además de un derecho humano, es una obligación de la propia sociedad, que debe estructurarse para organizar y conservar los archivos documentales, que garantizan ese proceso. El documento fotográfico es representativo y posee valor testimonial. La masa de fotografías acerca las épocas de represión en los diversos países de América del Sur se constituyó como un importante elemento de prueba de violaciones de los derechos humanos y conductas de regímenes militares, contribuyendo para nuevas narrativas de la historia nacional. La organización, el tratamiento y la preservación de estos archivos tienen como finalidad el acceso a la memoria social, evidenciando los lazos identitarios. La investigación analizó las estructuras de organización aplicadas a documentos que poseen gran valor histórico y contribuyen para el ejercicio de la ciudadanía y para la construcción de la memoria colectiva e individual. Para la investigación, fueron adoptados los archivos fotográficos de cuatro instituciones de memoria que presentan diferentes características de archivo, almacenamiento y presentación: Museo de la Memoria y Derechos Humanos (Chile); Fundación Vicaría de La Solidaridad (Chile); Londres 38 (Chile) y Memoria Abierta (Argentina). La organización utilizada por los centros de información fue analizada a partir de entrevistas, visitas a las instituciones e informaciones disponibilizadas en la web, identificando los principios y técnicas utilizados para garantizar el mantenimiento de la autenticidad de la información original, además de su preservación, recuperación, difusión y acceso.

Palabras llave: Archivo imagético. Acceso a la información. Archivología. Bibliotecología. Fotografía. Memoria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Ato dos familiares de desaparecidos chilenos em Santiago	41
Imagem 2: Familiares levando no peito fotografia dos desaparecidos	43
Imagem 3: Um dos cartazes de divulgação do filme “ <i>La historia oficial</i> ”	44
Imagem 4: Detidos durante a ditadura argentina na ESMA	47
Imagem 5: Acervo fotográfico do <i>Memoria Abierta</i>	52
Imagem 6: Jorge e Graciela Imhoff assistindo a uma denúncia de Gustavo Francisco Bueno	52
Imagem 7: <i>Londres 38</i> , casa de memória	59
Imagem 8: Galeria de fotografias do arquivo digital da <i>Londres 38</i> na página web da instituição	61
Imagem 9: Ficha de referência de fotografias do arquivo da <i>Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad</i>	67
Imagem 10: Resultado de busca na página web da biblioteca digital da <i>Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad</i>	68
Imagem 11: Investigação por descobrimento de ossadas nos <i>Hornos de Lonquén</i>	69
Imagem 12: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos	70
Imagem 13: Fotografias do acervo do <i>Museo de la Memoria y los Derechos Humanos</i>	77
Imagem 14: Referência digital de fotografia no arquivo de fundos e coleções do <i>Museo de la Memoria y los Derechos Humanos</i>	78
Imagem 15: Armários de armazenamento de documentos fotográficos do <i>Museo de la Memoria y los Derechos Humanos</i>	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exemplo de catalogação sistemática de fotografia do acervo do <i>Memoria Abierta</i>	54
Quadro 2: Lista de coleções do arquivo fotográfico do <i>Memoria Abierta</i>	56
Quadro 3: Classificação para as coleções: tipologia documental	73
Quadro 4: Esquema de classificação para informação documental sobre direitos humanos	75
Quadro 5: Quadro comparativo entre instituições de memória no Chile e na Argentina	82

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	LUGARES DE MEMÓRIA E INSTITUIÇÕES	19
3	ARQUIVOS E DIREITOS HUMANOS	24
3.1	<i>Acesso à informação: a “onda de transparência” da América Latina</i>	25
4	ACERVOS IMAGÉTICOS E DIREITOS HUMANOS	36
4.1	<i>Organização de acervos imagéticos</i>	36
4.2	<i>Arquivos fotográficos de períodos de repressão</i>	40
4.3	<i>Utilização dos arquivos fotográficos para reparações individuais e coletivas</i>	46
5	INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA NO CHILE E NA ARGENTINA	49
5.1	<i>Memória Abierta</i>	50
5.2	<i>Londres 38</i>	58
5.3	<i>Fundación de Documentación de la Vicaría de la Solidaridad</i>	64
5.4	<i>Museo de la Memoria y los Derechos Humanos</i>	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICE A - Entidades listadas pela Secretaria de Derechos Humanos do governo argentino	92

INTRODUÇÃO

Os documentos imagéticos possuem características distintas dos documentos convencionais¹ encontrados em arquivos e bibliotecas. A carência de modelos de organização para esse tipo de material representa uma lacuna na área da Ciência da Informação. As dificuldades dos centros e profissionais da informação em compreender as necessidades do acervo revelam práticas de organização que prejudicam o documento quando identificada a precisão da manutenção de suas características orgânicas.

Os documentos imagéticos de arquivo, seja por sua estética visual, seus suportes, ou por algum fator, têm provocado a organização individualizada de unidades documentais, ou, na melhor das hipóteses, a formação de coleções dissociadas de seu organismo produtor, reduzindo as possibilidades de uma compreensão global de seu significado. (LOPEZ, 2000, p.16)

Segundo Lopez (2000), o problema causado pela desconsideração dos aspectos arquivísticos do documento fotográfico influencia diretamente na posterior identificação do conteúdo informativo do documento imagético. Essa postura adotada em diversos locais que armazenam e organizam fotografias é comum devido à falta de manuais produzidos a partir de diretrizes arquivísticas e também da necessidade de acondicionamento diferenciado do suporte fotográfico.

Os cuidados com a preservação física do documento, apesar de extremamente necessários, originaram procedimentos repetidos em diversos centros de documentação nos quais a separação do documento dos outros que lhe acompanham em sua ordem original de produção parece ser o mais correto.

Essa conduta, que envolve processos de acondicionamento em locais apropriados, com temperaturas e umidade diferenciadas, e separa o documento fotográfico de outros documentos dos quais o acompanham, é necessária para a conservação do suporte e da informação nele inserida; porém é fundamental que os vínculos dos documentos não sejam ignorados no processo e, posteriormente, perdidos.

¹ Entendemos como documentos convencionais os documentos textuais armazenados em suportes físicos usualmente encontrados em arquivos. Quando nos referimos às fotografias como documentos não convencionais, a intenção é evidenciar as características específicas desse tipo de documento que, frequentemente, gera a utilização equivocada de diversos meios de tratamento, organização e armazenamento. Também, com essa distinção, destacamos a necessidade de atenção aos delicados suportes em que são armazenadas as imagens, que, por sua vez, necessitam de cuidados diferenciados de um documento em papel, por exemplo.

No caso dos documentos relacionados com o tema da violação dos direitos humanos², a perda do significado original da fotografia também pode causar danos à interpretação do acervo. Considerando que esses documentos apresentam funções de preservação e construção da memória, além de substanciar os processos de reparações individuais e coletivas, a situação dos acervos fotográficos, somada à inadequação das técnicas utilizadas na sua organização, causa danos imensuráveis à sociedade.

Os centros de informação que armazenam, preservam, organizam e proporcionam o acesso a documentos e informações sobre as ações ocorridas nos períodos de ditadura militar ou situações relacionadas à temática possuem uma enorme quantidade de fotografias, que compõe seus acervos de diversas formas. Fotografias produzidas oficialmente no período, imagens produzidas por jornalistas e fotos de acervos pessoais juntam-se para revelar, explicar e reconstruir a história dos países envolvidos, seus atores e suas vítimas.

Analisando as contribuições da Ciência da Informação e suas áreas relacionadas à estruturação de documentos, objetos e informações, concluímos que a constituição de um organismo que proporciona o acesso a esses materiais pode influenciar diretamente na constituição de uma sociedade. O valor atribuído aos documentos que reconstróem um passado é fruto da eficiência da manutenção de seus vínculos orgânicos³. A caracterização de seu contexto de produção e atribuição de elementos descritores e identificadores proporcionam o alcance dos elementos mais genuínos da informação tratada.

O desenvolvimento de métodos fundamentados nos princípios que se relacionam aos acervos arquivísticos proporciona a adequação do tratamento documental. A identificação de seus aspectos formais, conteúdo e valor como testemunho é resultado da interpretação apropriada das características do objeto para cada tipo de acervo e às necessidades da instituição, e, também, da adaptação de ferramentas de descrição, de classificação e ordenação do acervo.

Os documentos fotográficos de arquivo devem ser analisados como tal, respeitando-se suas especificidades e necessidades singulares de armazenamento. Observa-se a negligência do valor arquivístico das fotografias e sua constante organização por meio de técnicas fundadas nas bases bibliotecárias de organização por conteúdo informativo.

² Entendemos que as características apresentadas a seguir aplicam-se em diversos outros acervos que não sejam relacionados à violação dos direitos humanos, mas, devido ao assunto tratado nesse trabalho, vamos dar enfoque à discussão sobre esse tipo de acervo.

³ Vínculos orgânicos referem-se às características fundamentais arquivísticas do documento, abrangendo a relação com sua entidade produtora, evidenciando seu contexto de produção.

Apesar da pertinência dessa forma de tratamento em dados momentos e contextos, ao nos depararmos com documentos de importância histórica e que podem fazer parte de processos de construção da memória ou reparações sociais, as fotografias requerem atenção às suas propriedades orgânicas, sua proveniência, contexto de produção, entre outros.

A análise da estruturação de acervos fotográficos relacionados aos períodos de ditadura permite a avaliação da organização dos documentos e a forma como esses acervos vêm sendo acessados e utilizados pela sociedade. A Argentina e o Chile são exemplos de países que estiveram imersos em regimes ditatoriais e, atualmente, possuem instituições dedicadas à esse tema, que trabalham para explanar os atos ocorridos durante os períodos.

Diante da lacuna existente de estudos relacionados aos acervos fotográficos e suas características específicas, principalmente sobre sua relação como documento de arquivo, nossa pesquisa pretende acrescer a discussão sobre os diversos tipos de objetos, documentos e informações disponíveis em acervos fotográficos e a conformidade dos métodos de trabalho identificados, além de abordar conceitos que ressaltam a importância de acervos documentais imagéticos na construção da memória coletiva.

A proposta de levantamento das estruturas de acervos relacionados ao período de repressão militar, focados na violação dos direitos humanos visa à compreensão da forma e meio com as quais esses documentos têm chegado à sociedade. As funções particulares de cada acervo e instituição dita os princípios e técnicas mais adequados à sua organização. A especificidade de um acervo de imagens gera uma nova demanda de análise da empregabilidade de certos métodos de organização relacionados, em especial, à Arquivologia e à Biblioteconomia.

A importância dos arquivos é indiscutível no cenário de reconstrução da história e, no caso dos períodos governados por regimes militares e que foram marcados pelas inúmeras violações dos direitos humanos, seu uso é imprescindível na comprovação desses atos violentos e nos desfechos que se tornam possíveis a partir dessas constatações.

As fotografias juntam-se à massa de documentos disponíveis como pertinente instrumento de investigação e comprovação, considerando, em especial, sua influência social caracterizada pelo ditado popular “uma imagem vale mais que mil palavras”⁴. Tendo em vista esse senso comum e a crença popular de que uma imagem revela o que realmente aconteceu em um dado momento, quando um documento é exposto a um grupo de indivíduos

⁴ Não pretendemos discutir se o sentimento comum de que a imagem revela um ato é verídico. A afirmação a seguir apenas conclui que esse pensamento comum e a influência evidente da imagem observada nos indivíduos agrega ao documento fotográfico um valor importante quando é necessária a mobilização dessa sociedade.

no intuito de rever uma situação, provar e julgar um ato, a fotografia torna-se documento fundamental do processo, devendo, também, ocupar esse lugar importante na constituição do arquivo utilizado.

Nesse sentido, é importante realçar que essas imagens interpelam nosso presente, o interrogam e nelas se desvelam os rastros de um passado que não passa, resistindo ao devir histórico e com ele, em nosso caso particular, ao relato democrático fundado no consenso e em um esquecimento imposto, sustentado, paradoxalmente, pelas próprias instituições democráticas. Essa forte vinculação seria dada por algumas qualidades inerentes à matéria fotográfica: sua disposição metonímica, a persistência nelas do referente, seu efeito de verossimilhança, e sua capacidade de persuasão afetiva, ademais da sua possibilidade de reprodução, que haviam permitido e potenciado seu uso massivo nas lutas anti-ditatoriais, transformando-se em um referente pelas demandas de justiça, verdade e em recordação e homenagem aos desaparecidos, como símbolo universal. (CONTRERAS, 2012, p. 7-8).

Com base nessas proposições, nossa pesquisa buscou analisar a estruturação de acervos fotográficos relacionados ao período de ditadura militar no Chile e na Argentina, a fim de identificar os diferentes tratamentos que podem receber esses acervos e suas utilizações em cada centro de informação e por seus usuários. Como objetivos específicos, definimos:

- Identificar a estruturação dos acervos fotográficos de importantes instituições de memória que tem como foco o estudo ou disseminação de informação sobre as violações dos direitos humanos ocorridos no Chile e na Argentina;
- Identificar princípios e métodos da Ciência da Informação utilizados na organização de fotografias relacionadas ao período de ditadura militar no Chile e na Argentina;
- Analisar a recuperação e acesso às informações imagéticas armazenadas nos centros de informação e memória analisados.

Para a coleta de dados, utilizamos como método uma combinação de observação e entrevistas realizadas pessoalmente e virtualmente.

Na primeira fase da pesquisa foi realizada a busca pelos principais acervos fotográficos relacionados ao tema de estudo e avaliadas as condições de pesquisas em cada um desses centros de informação. As opções de pesquisa deveram-se às características gerais

observadas em cada instituição, uma vez que nossa ideia era buscar distintos centros de informação que possuíam acervos fotográficos, nos quais as funções de seus acervos fossem definidas por diferentes propósitos, caracterizando-os como museus, centros de informação, bibliotecas, ou outros.

Também priorizamos o acesso às instituições e as informações disponíveis na *web*, no intuito de facilitar a coleta de dados e garantir a qualidade dos mesmos. Assim, nosso objetivo foi realizar um levantamento dos diferentes tipos de acervos e suas abordagens, criando uma possível contribuição futura desses dois países da América Latina, que apresentam inúmeras instituições especializadas no tema da ditadura militar e direitos humanos, nos métodos desenvolvidos e aplicados no Brasil.

Após a identificação dos centros de memória que possuem a guarda de acervos fotográficos relacionados à ditadura militar no Chile e Argentina, foram realizadas visitas guiadas às instituições, quando disponíveis. As informações coletadas nessas visitas nos apresentaram as instituições como um todo e possibilitou situar o papel de cada centro de informação no cenário da ditadura militar de seus respectivos países. Para a coleta de informações referentes a esse papel nas instituições que não possuíam visitas guiadas, recorremos às páginas *web*, documentários e textos.

A partir daí, demos início ao desenvolvimento de perguntas e realizamos entrevistas coordenadas por pontos de interesse, além de pesquisas de informações oficiais disponibilizadas na *web*. Nesta fase, o objetivo foi identificar quais os principais métodos utilizados na organização dos acervos fotográficos e quais os princípios da Ciência da Informação apresentados, focando nas teorias fundamentais da Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação.

Optamos por não utilizar um questionário devido à nossa percepção de que a diversidade das instituições e de seus acervos - apesar de compartilharem da mesma temática - faria com que a restrição de informações obtidas em um questionário pré-estabelecido nos forneceria dados incompletos, uma vez que, talvez, não conseguiríamos abordar todos os assuntos necessários para a compreensão pretendida nesse trabalho. Os dados não contemplados nessa fase e as atualizações necessárias para a elaboração do texto final foram coletados por meio de contato virtual e novos acessos às páginas *web* de cada instituição.

Como base teórica para a discussão, apresentamos os conceitos de “lugares de memória” de Pierre Nora, além de relacionar a importância da construção de memória com apoio das teorias de Michael Pollak. A relação entre os direitos humanos e os arquivos foi

discutida a partir da publicação do relatório de Quintana, onde o autor cita diversas políticas que devem ser aplicadas a acervos dessa natureza, contando com a colaboração de outros importantes autores que reafirmam a relevância dessa relação.

A apresentação das questões relacionadas sobre a organização dos documentos fotográficos e suas especificidades, que estão baseadas nos trabalhos de André Lopez, traz também diversas contribuições de especialistas que buscam minimizar as lacunas existentes no tratamento informacional e documental desse tipo de acervo. Ainda contamos com exemplos encontrados em filmes e livros sobre a utilização da fotografia no período de repressão e após o período, nos processos de redemocratização.

A análise dos dados e comparação dos resultados de todas as etapas tiveram como objetivo uma definição ampla - não exaustiva - da estruturação dos acervos fotográficos relacionados ao período de repressão no Chile e Argentina.

Quanto à estruturação do trabalho, optamos por desenvolver o texto a partir dos temas considerados necessários para o entendimento da discussão central e o atendimento dos objetivos propostos, portanto não utilizamos uma estrutura formal de divisão de trabalhos acadêmicos.

As questões relacionadas aos objetivos, justificativa e metodologia foram desenvolvidas no presente capítulo. A dissertação apresenta quatro fases: introdução; questões teóricas (Lugares de memória e instituições, Arquivos e direitos humanos e Acervos imagéticos e direitos humanos), questões empíricas (Instituições de memória no Chile e na Argentina); considerações finais e referências bibliográficas.

2 LUGARES DE MEMÓRIA E INSTITUIÇÕES

O conceito “Lugares de Memória” deu-se a partir das publicações de Pierre Nora que alteram a estruturação do estudo da história, focada, a partir de suas obras, nos aspectos simbólicos que constroem a memória nacional francesa. O movimento de ruptura da antiga história da França, observada a partir dos movimentos que têm seu início em 1930 e acabam em meados de 1974, marcam o fim das bases rurais francesas e a nova consciência de perda e desaparecimento de seus costumes e tradições, além de alterar a tradição da antiga história, que trazem à nação uma “verdade histórica”. A partir deste momento há um “fenômeno de treino da memória”, que, segundo o autor, trata-se de um luto da sociedade que percebe a possibilidade eminente do esquecimento de seus fundamentos e memória.

O conceito, que é definido tardiamente, após a consolidação do termo, consiste no estudo de objetos que levavam a sociedade ao encontro de um sentimento de nacionalidade. A simbologia desses objetos apresenta ao estudo da história “[...] um método muito mais etnográfico do que historiográfico, (...) que consiste em ver esses objetos como do exterior, como se não estivéssemos lá [...]” (NORA; BREFE, 1999, p.28). Para ele, lugares de memória não devem ser reduzidos a objetos materiais, uma vez que:

[...] a noção é feita para liberar a significação simbólica, memorial – portanto abstrata – dos objetos que podem ser materiais, mas na maior parte das vezes não o são. Na verdade, existem somente lugares de memória imateriais, senão seria suficiente que falássemos em memoriais (NORA; BREFE, 1999, p. 30)

No país do autor, a difusão do termo é consolidada em 1986 com sua utilização pelo Ministério da Cultura da França, que aproveita sua definição para o tombamento de diversos bens que, até então, não possuíam argumentos para sua proteção, de acordo com a vigente lei de 1913. Apesar de, no início, Nora não acreditar na exploração do termo fora do contexto francês, o próprio autor percebeu, em meados dos anos 80, que a necessidade da inserção da memória na sociedade não era exclusivamente francesa, e também que a chamada “história simbólica” poderia ser desenvolvida em diversos países da Europa, América e, inclusive, na América Latina.

Segundo a visão de Nora, o que constitui um lugar de memória não se caracteriza em aspectos físicos e sim simbólicos que o acompanham. No entanto, é possível juntar as duas coisas e, então, encontramos exemplos de grandes arquivos, museus e centros de informação

que preservam uma história. Esses locais se relacionam com a sociedade de forma direta e constroem a memória que se perde nas constantes mudanças nos países latinos durante e após as ditaduras militares. A necessidade dessas mudanças contrasta com a vontade de recordar e reparar danos causados pelos governos militares.

Um país que constrói a saída de uma repressão aspira à grandes transformações em todos os níveis - estruturais, físicos e morais. O desaparecimento dos símbolos que aclaram o motivo dessas reformas coloca em risco a consciência tradicional e política da sociedade, tendo em vista a possibilidade do que representava sua origem já ter sido apagada durante o período do poder de governos autoritários. As instituições que têm como finalidade a preservação de documentos que retratam a história tornam-se potencialmente, portanto, grandes símbolos nacionais e importantes instrumentos sociais, ao proporcionarem o acesso a seus acervos.

Pierre Nora (1993) critica o processo de ruptura da memória que deveria garantir a transgressão ao futuro de maneira natural a partir de seu passado. Segundo o autor, ocorreu um processo de descontinuidade da História e surgiu a necessidade de definição de símbolos que proporcionassem à sociedade a construção de uma memória através de arquivos, bibliotecas, museus, dicionários.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (...) é, por natureza, múltipla, desacelerada, coletiva, plural e individualizada (NORA, 1993, p. 9).

Deveria, nesse contexto, a memória continuar a ser, como foi seu processo inicial - antes das mudanças observadas por Nora -, um evento natural à sociedade, que não necessitaria de manifestações eleitas e organizadas a fim de construí-la e garantir sua circulação por aqueles que participassem direta ou indiretamente de sua gênese. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 8).

Os lugares de memória são concebidos para defender aquilo que está ameaçado por essa “nova” constituição da sociedade, que depende da organização de seu passado de modo lógico, expositiva e voluntária para construir sua identidade coletiva, muitas vezes através das percepções individuais.

Pollak (1989) afirma que a memória é uma tentativa de “[...] definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”. A memória, portanto, passa a ser dever de um indivíduo, pertencente a um grupo, e a única maneira de satisfazer sua necessidade identitária. “O arquivo muda de sentido e de ‘status’, simplesmente por seu peso. Ele não é mais o saldo mais ou menos intelectual de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida” (NORA, 1993, p. 16).

A distinção de um lugar de memória transpassa suas características materiais e funcionais para agregar no centro de sua importância seus aspectos simbólicos. Sua intenção de ser objeto de memória o diferencia de um sítio histórico:

(...) a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p. 22)

A razão pela qual nos identificamos e nos sensibilizamos com um lugar de memória torna-se mais relevante no momento de encontro de seus aspectos fundamentais além de seu estado físico – ou localização - sem excluí-los do contexto da formação de seu significado.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p.2)

Nesse caso, não é preciso ter vivido na época do acontecimento para se criar uma identidade com a história. O interesse de um grupo ou do Estado é fazer com que o coletivo se apodere de certas lembranças como sendo suas e passem a criar um sentimento social que o leva a misturar a memória coletiva às suas próprias experiências.

Quando um estado, uma instituição, ou mesmo um grupo de indivíduos retoma e reconstrói a história de um período de ditadura militar, expondo as violações dos direitos humanos, caso das instituições analisadas nessa pesquisa, objetiva-se não apenas à manutenção de documentos e testemunhos daqueles que sofreram enquanto vítimas dessas violações como também existe a tentativa de associação de grande parte da sociedade a um movimento de ruptura de condutas violentas e imunidades, em um cenário no qual ainda há muitas discussões sobre os julgamentos dos participantes de detenções, torturas e desaparecimentos.

A necessidade de memória é parte da constituição de um indivíduo. O “ser” e “fazer parte” depende daquilo que precede sua história pessoal ou do grupo a que pertence.

Toda memória é fundamentalmente ‘(re)criação do passado’ uma reconstrução engajada do passado e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstróem sua identidade, inserindo-se assim nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento. (FELIZARDO; SAMAIN, 2007, p. 214)

Em alguns casos, em cenários conservadores, opta-se por um caminho de seleção de memórias na construção da história onde o “esquecimento” de certas situações é conveniente para a convivência no meio social em que a vítima de um passado tortuoso elegeu.

Num contexto de ditadura militar no Brasil, percebemos até os dias de hoje muitas tentativas de se expor os acontecimentos e de se “fazer justiça”, condenando aqueles que participaram de sessões de tortura ou casos de desaparecimentos de militantes da época.

Apesar disso, o país, mesmo após um momento de redemocratização, não parece disposto a impor ao Estado a obrigação de revelar todo esse passado e penalizar os militares que estavam no poder durante os anos decorrentes do Golpe Militar de 1964. Por esse motivo, é provável que muitas vezes tenham se calado para buscar um convívio harmônico com a sociedade em que está inserida.

Além desses aspectos, a falta de conhecimento político de pessoas que perderam seus entes, dados como “desaparecidos”, impossibilita uma maior compreensão sobre as situações pelas quais a família ou o grupo passou, fazendo com que a memória individual seja apenas guiada pelas questões particulares, não se encaixando no cenário amplo da memória coletiva. Esses aspectos devem ser identificados para não comprometer a preservação de um arquivo:

O direito a uma memória não condicionada pela ausência de fontes documentais ou a destruição seletiva de provas deve ser irrenunciável. O

esquecimento voluntário ou o perdão, assumidos livremente por uma comunidade que opta por essa via de transição política, não podem fazer desaparecer do patrimônio documental de um povo a parte ou partes de sua história mais sinistra ou negativa. As nações têm o direito e a obrigação de preservar sua memória, da que é testemunho essencial depositada em seus arquivos. Uma geração, mesmo que seja livre para decidir sobre os processos políticos que protagoniza, não pode hipotecar as raízes das gerações futuras. (QUINTANA, 2009, p.79, tradução livre)

As existências de lugares de memória possibilitam a comunicação entre a história e aqueles que a buscam para compreender o passado, organizar o presente e influenciar o futuro.

É evidente que memória e arquivo não são os mesmos fenômenos. [...] na vida cotidiana a memória humana tem conotações muito distintas da do ordenador, sobretudo na capacidade de esquecer ou de silenciar voluntariamente. O arquivo não deveria comportar-se, como instituição, do mesmo modo, porque estaria sabotando a capacidade de analisar os feitos com uma perspectiva completa.(QUINTANA, 2009, p.57, tradução livre).

O comprometimento que os eventuais centros de custódia de arquivos relacionados à ditadura militar assumem com seu tratamento e organização é essencial para a proteção das características dos quais garantem que os documentos desse arquivo cumpram as funções a eles designadas, sem perda de autenticidade, mantendo-se como testemunhos fiéis das ações ocorridas.

3 OS ARQUIVOS E OS DIREITOS HUMANOS

Os processos de redemocratização após as ditaduras militares passam pelo esclarecimento, julgamento e tentativa de reparação dos atos ocorridos durante os períodos anteriores. Os países latinos que sofreram as violações dos direitos humanos necessitam do empenho de seus governos para essa missão, a qual tem sido, até hoje, pauta de discussões e tema de processos ainda pendentes.

O acesso à informação é um direito humano que foi afirmado pela comissão de direitos humanos da ONU a partir do jurista francês Louis Joinet, em 1998⁵. Em seu relatório, Joinet apontou a responsabilidade dos indivíduos em lembrar seu passado a fim de evitar a recorrência das violações dos direitos humanos e dos governos em fornecer as informações solicitadas. O relatório proclamava o *direito inalienável à verdade* e o *dever de recordar*.

Os direitos individuais à investigação histórica e, sobretudo, a conhecer qual documentação sobre ele mesmo poderia existir em um arquivo, conhecido como *habeas data*, são coincidentes com os enunciados no informe do Conselho Internacional de Arquivos (ICA-UNESCO). Mas são as medidas propostas por Joinet para garantir a preservação dos fundos documentais, especialmente nos períodos de transição política, o que mais chama a atenção neste informe jurídico, porque não é frequente que os arquivistas encontrem uma interlocução tão em sintonia com outros coletivos sociais a que, lamentavelmente, não temos sido capazes de transmitir a importância de conservar e tratar profissionalmente os documentos para facilitar o exercício que as leis reconhecem. (QUINTANA, 2009, p.49)

Nesse momento, a relação entre os direitos humanos e os arquivos foi estabelecida e valorizada. A ONU e diversas outras instituições interessadas deram início às discussões sobre a forma como deveria ser organizado e utilizado um acervo para o cumprimento da cidadania. A estruturação de um centro de informação, memória e/ou arquivo que o mantém influi na escolha desses procedimentos e na qualidade do trabalho realizado.

Por isso, em seu relatório, Joinet explicitou princípios relacionados ao tratamento dos arquivos: medidas de preservação, medidas para facilitar a consulta aos documentos, cooperação dos arquivos com os tribunais e comissões extrajudiciais de investigação, medidas específicas aos arquivos de caráter pessoal e medidas específicas relativas aos processos de redemocratização, além de outro importante ponto que designa responsabilidades a terceiros

⁵ O relatório de Joinet, que trabalhava desde 1991 com a luta contra a impunidade das violações dos direitos humanos, foi apresentado à Subcomissão de Prevenção de Discriminações e Proteção das Minorias. Em 1997 Joinet apresentou sua versão revisada para, finalmente, em abril de 1998 levá-lo à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Em 2005, o informe foi atualizado por Diane Orentlicher.

países em comunicar a existência de documentos que possuam, referentes a violações dos direitos humanos em outros países e estados.

3.1 Acesso à informação: a “onda de transparência” da América Latina

Os personagens dos Estados autoritários defenderam que “[...] na guerra interna, tem-se que vencer o inimigo pelo terrorismo do Estado, que não é uma guerra convencional, porque não há uma frente de guerra” (MIX, 2004, p. 14, tradução livre). Nesse caso, o inimigo seria parte da sociedade civil e suas ideologias. Para isso seria necessário “[...] recorrer a todos os métodos para descobrir o inimigo e aterrorizar a população: a incriminação, a tortura, a extorsão, o desaparecimento de pessoas”. (MIX, 2004, p. 15, tradução livre).

Os mitos de legitimação das guerras contrarrevolucionárias costumam possuir discursos de proteção à família, à propriedade privada, à economia. Para Mix (2004, p.17, tradução livre), “[...] muito de seus dogmas formam parte do imaginário de classe, do imaginário nacional ou circulam através do senso comum, expressando-se em reflexos racistas, sociais e culturais”.

A postura de tais governos, portanto, causaram à sociedade um dano irremediável do ponto de vista de sua influência na constituição pessoal e coletiva dessa sociedade, que deve, porém, ser revelada e reparada da forma mais sensata possível pelos Estados e pela humanidade em geral.

Após sua saída de um período de ditadura militar, os países latinos iniciaram processos de investigação acerca das violações dos Direitos Humanos, que resultaram em julgamentos e condenações de diversas pessoas envolvidas nos casos de tortura, desaparecimento e execução.

No Chile⁶, a resolução de Aylwin deu início à contestação dos fatos, que resultou na contabilização oficial de mais de 40.000 vítimas da repressão, dentre elas 3.225 mortos. O número estimado pelas associações de vítimas, porém, chega a 100 mil. A justiça chilena emitiu cerca de 120 mandados de prisão aos ex-agentes e militares do governo de Pinochet. O general, no entanto, apesar de sua prisão em 1998, quando ficou detido em Londres,

⁶ Os dados apresentados a seguir sobre o Chile e a Argentina são exemplos de processos jurídicos ocorridos nos países após o fim dos regimes ditatoriais, para contextualização e exposição da importância dos arquivos nesse momento. Não temos, nesse momento, a intenção de realizar uma descrição exaustiva dos movimentos que aconteceram nos países durante esse período.

conseguiu impedir sua extradição alegando problemas de saúde. Posteriormente foi declarado mentalmente incapaz de se submeter a um julgamento e nunca foi condenado. Em 2003 foi criada a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, que tinha a finalidade de reunir o máximo de informação sobre as vítimas da ditadura e propor reparações.

Na Argentina, o *Juicio a las Juntas*, iniciado por ordem de Raúl Alfonsín em 1985 e com apoio da recém-criada *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), condenou integrantes das juntas militares. Porém, em 1989 e 1990, o então presidente Carlos Menen sancionou diversos indultos que anularam as condenações estabelecidas nos anos anteriores. De 2003 a 2010, o estabelecimento da ilegalidade das leis de “*Punto Final*” e “*Obediencia Debida*” criadas por Menen desencadearam as decisões jurídicas que declararam institucionais os indultos, durante o governo de Néstor Kirchner. Paralelo ao andamento desses processos jurídicos foi iniciado um processo de abertura dos arquivos e de desenvolvimento de políticas que garantissem o acesso transparente a tais acervos.

A “onda de transparência” que se percebe na América Latina engloba diferentes assuntos que proporcionam o acesso à informação em diversos níveis administrativos e históricos. As leis de acesso propõem maior participação social nos assuntos governamentais, na exigência dos direitos e no cumprimento dos deveres dos cidadãos.

Essa postura revela a necessidade da sociedade em perceber o que se passa no próprio país e, por meio das informações disponíveis, reconhecer suas ações evolutivas ou retrógradas. Esse processo foi discutido por Roldán e Lopez (2013), que anotaram o desenvolvimento de conjuntos de políticas públicas ligadas aos arquivos. Ainda segundo os autores:

Nem todas as novas regulamentações sobre acesso e transparências estão diretamente vinculadas aos arquivos e/ou seus documentos. Porém, em todos os casos existe uma constante necessidade, mesmo que não explicitada, de que haja uma eficiente gestão documental para que as ditas leis sejam efetivas. Esse fenômeno está sendo responsável por um aumento na percepção sobre a importância do profissional de arquivo para a sociedade. (ROLDÁN; LOPEZ, 2013, p.2, tradução livre)

No caso do México, observamos a *Ley Federal de Transparencia e Acceso a la Información Publica Gubernamental*, publicada em junho de 2012 e garantida pelo *Instituto Federal de Acceso a la Información y Protección de Datos* (IFAI), referência mundial no campo da transparência pública.

No Chile, em julho de 2008 foi instituída a *Ley 20.285*, que regulamenta o acesso à informação pública. A Lei de Acesso à Informação do Brasil foi aprovada em novembro de 2011, entrando em vigor em maio de 2012. A *Ley Estatutaria de Transparencia y Acceso a la Información Publica* da Colômbia, aprovada também em 2012, regulamenta o direito previsto desde 1888 de acesso a documentos do governo.

A Argentina tramita sua lei de acesso no governo para consolidar o direito previsto na *Constitución de la Nación Argentina*. Além dos países citados, a República Dominicana, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Costa Rica, Equador, Peru e o Uruguai também possuem leis aprovadas, ou em tramitação.

Os casos de reparação individual ou coletiva e processos jurídicos se influenciam diretamente dos arquivos disponíveis e na forma como esses acervos são consultados e posteriormente utilizados. Para isso, os aspectos formais dos documentos devem ser analisados e seus vínculos arquivísticos preservados, garantindo seu valor como testemunho imparcial.

O documento de arquivo é imparcial na relação que ele tem em nascer para ser reflexo da ação de um determinado produtor e funcionar como prova disso. A ação do produtor não é imparcial, mas o documento sim. Lopez (2004, p.82) apresenta como exemplo o projeto Brasil Nunca Mais:

A fidelidade dos registros documentais das atividades de opositores ao regime de exceção do período pós-1964 deu subsídio legal para o cerceamento de seus direitos políticos. Do mesmo modo, documentos produzidos pela ditadura para registrar a cassação de direitos políticos serviram de base para que o Projeto Brasil Nunca Mais pudesse denunciar abusos cometidos pelo regime militar. Ressalte-se que somente a neutralidade do documento em relação a seus produtores é que permite que eles evidenciem a parcialidade dos atos que os geraram. (LOPEZ, 2004, p.82)

A forma como o documento chega a um arquivo permanente e os procedimentos a partir desse momento são decisivos para que esse documento permaneça com os elementos que permitam que o mesmo seja utilizado como documento legal. Em uma sociedade na qual há embates pela impunidade e o esquecimento, um arquivo constituído por documentos originais e autênticos permite, potencialmente, o exercício da justiça.

Há poucos anos, estabelecer uma relação, nem que fosse de tipo conceitual, entre arquivos e direitos humanos haveria gerado perplexidade, na medida em que pareciam dois âmbitos muito distantes e sem nenhuma possibilidade de encontro. Atualmente, uma consulta no Google relacionando ambos os

conceitos supera facilmente três milhões de referências, em um claro exemplo de um câmbio transcendental e de uma intensidade extraordinária. (FUGUERAS, 2009, p.17, prólogo)

Em 2009 foi produzido pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), com coordenação do espanhol Antonio González Quintana⁷, uma proposta metodológica para a organização e conservação de arquivos relacionados aos direitos humanos. Incluindo representantes de diversos países e experiências relatadas de outros países que participam de um processo de redemocratização após um governo repressivo, o relatório é fruto de um censo realizado a fim de identificar arquivos de instituições repressivas desaparecidas e arquivos relacionados às reparações das violações de direitos humanos, no período entre 1974 e 1994.

O impacto produzido pela irrupção dos documentos dos serviços de segurança do estado nos processos de transição política, não só como ferramentas essenciais para a exigência de responsabilidades e a reparação de danos sofridos pelas vítimas, mas também como poderosíssimas armas políticas que, orientadas convenientemente a fins partidários, podem outorgar enormes vantagens no enfrentamento político (...) (QUINTANA, 2009, p. 39, tradução livre).

Esse projeto reuniu informações básicas como: nome dos fundos documentais principais de cada instituição, datas dos documentos conservados e seu volume aproximado, séries existentes, entre outras. Tal iniciativa ressalta o caráter essencial que toma o arquivo para si nesse processo.

Os arquivos influenciam decisivamente na vida dos povos e das pessoas. Nenhum exemplo ilustra de melhor maneira esta afirmação que a dos documentos a serviço da repressão. [...] . Se é certo que durante a vida de tais regimes [repressivos] as vítimas dos serviços de informação policial sentem em suas carnes, mesmo sem ter notícias deles, o peso de estes arquivos, quando a democracia chega e seus fundos se abrem é quando a cidadania toma consciência absoluta de sua influência na vida das pessoas. (QUINTANA, 2009, p.35, tradução livre).

⁷ Em 1993, Antonio González Quintana foi designado à presidência do grupo de especialistas que iria desenvolver o primeiro estudo do ICA, juntamente à UNESCO, apresentado em 1995, sobre os arquivos criados pelos órgãos de segurança dos regimes militares, com intuito de oferecer propostas de gestão a esses arquivos. Em 2003, na Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos, realizada na Cidade do Cabo, o informe de 1995 foi amplamente discutido, e idealizaram-se diversos projetos na área, inclusive uma base de dados de arquivos com documentos que sejam testemunhos de violações dos direitos humanos. Decidiu-se eleger Quintana como o líder permanente do grupo, devido sua participação no projeto desde o princípio. Como resultado desse trabalho, em 2009 foi publicado seu relatório “Políticas Archivistas para la Protección de los Derechos Humanos – actualización y ampliación del informe elaborado para UNESCO y Consejo Internacional de Archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos”. No nosso trabalho, vamos expor os principais pontos destacados por Quintana como essenciais para a gestão desse tipo de arquivos.

O desenvolvimento de políticas pelas instituições de guarda desses arquivos e o encontro de arquivistas e defensores dos direitos humanos proporcionaram a articulação de grupos de discussão interdisciplinares e a renovação e adequação das políticas de arquivo às novas demandas da sociedade. Em seu relatório, Quintana nomeia os arquivos relacionados ao tema, que foram analisados e que podem utilizar a proposta metodológica desenvolvida:

- *arquivos de organismos repressivos*, referentes às instituições repressoras desaparecidas, englobariam acervos de militares, do estado, dos tribunais especiais, durante o período do sistema carcerário ou dos centros de detenção, entre outros;
- *arquivos da sociedade civil*, que seriam de organismos dedicados à defesa dos direitos humanos ou denúncia de sua violação, entre eles entidades religiosas, juristas, advogados e organizações civis de diversas naturezas, de partidos políticos, sindicatos e associações clandestinas de oposição ou em exílio;
- *arquivos da justiça*, oriundos de organismos criados após o desaparecimento dos regimes repressivos a fim de julgar os indivíduos e órgãos responsáveis pela violação dos direitos humanos e proporcionar uma reparação social ou individual;
- *arquivos públicos em geral*⁸ que, segundo o autor, possuem mais provas de violações de direitos humanos do que se pode imaginar, além de acentuar a ideia de que o desenvolvimento de uma política de arquivo que englobe a sua totalidade desde os arquivos públicos gerais é a melhor garantia para o tratamento adequado dos documentos em questão.

Entre esses arquivos Quintana destaca a existência de três grupos: aqueles destinados à pesquisa e investigação, os arquivos que dão insumo à construção da memória coletiva - com

⁸ Segundo Quintana, alguns arquivos antes não estariam listados como importantes na manutenção de documentos relacionados aos direitos humanos, mas, considerando que todo arquivo público reflete a sociedade em que está inserido, foi percebida a importância que alguns arquivos distintos adquirem no processo de busca pela história. O exemplo citado pelo autor é o do Tribunal de Contas da Espanha, cujo arquivo foi utilizado para a reconstrução da situação dos campos de concentração e campos de trabalho que eram obrigados a prestar contas ao tribunal sobre os gastos obtidos com os detentos.

a finalidade de que os acontecimentos relatados durante os períodos de repressão nunca voltem a se repetir; e os arquivos utilizados para as reparações às vítimas e atribuição de responsabilidades. Entendemos que um arquivo não tem que necessariamente estar inserido em apenas um grupo, já que se podem complementar.

Por fim, Quintana listou uma série de recomendações aos órgãos de custódia de documentos relacionados à violação dos direitos humanos, baseado nos relatórios de Joinet e Orentlicher. São elas⁹:

1- Os documentos que testemunham a violação de direitos humanos devem ser conservados

- Destaca as razões para tal conservação, considerando, inclusive, a possibilidade dos arquivos serem utilizados para novos regimes repressivos, se não estiverem em poder de um novo estado democrático e tratado por profissionais arquivistas e citando alguns casos de destruição ou conservação de arquivos; a necessidade de acentuar a importância dos arquivos nas transições políticas, realçando a influência do modo como ocorreu esse processo de transição, reconciliador ou revolucionário, na utilização primeira dos arquivos, reparações ou punições, respectivamente; e os prazos para eliminação de documentos públicos.

2- Os documentos que testemunham a violação de direitos humanos devem estar disponíveis para o exercício dos direitos na democracia

- Considera como direitos coletivos: livre eleição do modelo de transição; direito à memória; direitos à verdade; direito à justiça e direito de conhecer os responsáveis por crimes contra os direitos humanos. Já os direitos individuais são: direitos à desculpa¹⁰ e reintegração de indivíduos acusados durante a ditadura militar à sociedade; direito a conhecer o paradeiro de familiares desaparecidos no período repressivo; direito ao conhecimento, por qualquer pessoa, dos dados existentes sobre ela nos

⁹ As recomendações foram traduzidas e transcritas livremente do relatório *Políticas Archivísticas para la Defensa de los Derechos Humanos* (QUINTANA, 2009), com alterações quando necessário para o entendimento do tópico abordado.

¹⁰ A “desculpa”, nesse caso, tem o sentido de retirar os processos atribuídos a cidadãos que foram acusados durante a ditadura militar. Esse direito prevê que sejam esclarecidas as prisões e condenações desses indivíduos a fim de permiti-los dar continuidade a sua vida com a “ficha limpa” ou de “limpar a memória” de pessoas assassinadas durante o período.

arquivos repressivos (*habeas data*); direito à investigação histórica e científica; liberdade de presos políticos e de consciência; direito à compensação e reparação de danos sofridos pelas vítimas da repressão e direito à restituição de bens confiscados.

3- *Os arquivos dos organismos próprios do regime repressivo, incluindo os dos partidos totalitários que os sustentaram, devem submeter-se a legislação democrática*

- Enfatiza que os arquivistas assumem o papel de adequar a manutenção desses arquivos de acordo com as novas leis propostas, criando novas políticas arquivísticas de atribuição de titularidade, custódia e administração do patrimônio cultural de cada sociedade.

4- *Os arquivos dos desaparecidos serviços repressivos devem ficar sobre controle das novas autoridades democráticas*

- Afirma que deverão ser criadas comissões que incluam arquivistas para decidir os critérios de eliminação de documentos de órgãos existentes durante a ditadura militar. As comissões serão responsáveis pela transferência dos documentos de interesse ao novo regime para os arquivos gerais dos estados ou aos arquivos temporários dos órgãos e comissões criadas para esclarecer o passado.

5- *Os arquivos das comissões da verdade e organismos similares devem ser protegidos e seu uso regulado pelas leis*

- Os documentos produzidos durante o exercício das funções dessas comissões devem ser preservados, como opção, pelos órgãos que ficam responsáveis por suas atividades após sua extinção ou pelos arquivos nacionais.

6- *Deve arbitrar-se uma solução para a custódia e conservação dos arquivos dos tribunais de justiça criados com a finalidade de julgar crimes de guerra ou lesão à humanidade*

- Como opções, propõe a guarda desses documentos e a criação de um tribunal penal internacional, que seja permanente; a custódia pela ONU

dos tribunais que sejam dependentes dessa organização ou o armazenamento nos arquivos nacionais correspondentes.

7- *Os documentos que testemunham a passada repressão política devem ser custodiados em centros de arquivo*

- Questiona se os documentos devem ser integrados aos fundos documentais como elementos da justiça transitória ou incorporados aos centros pré-existentes do sistema arquivístico e abre a discussão sobre os métodos utilizados em arquivos, onde se preserva ou busca a identificação de seu contexto de produção, respeitando sua proveniência e ordem original, ou em centros de documentação, onde os documentos são ordenados em torno de um tema central, independente de suas características arquivísticas. Acentua a importância do tratamento dos acervos por profissionais arquivistas, para que o documento não perca sua autenticidade, assim assegurando seu valor em processos judiciais. Também sugere a criação de centros de informação direcionados às vítimas dentro dos arquivos públicos que já existam. O autor ressalta a ideia de que criar novos centros de documentação para incorporar os arquivos, com intenção de preservá-lo, misturando os documentos com outros objetos diversos (livros, folhetos, revistas, entre outros) pode ocasionar um resultado oposto ao pretendido, uma vez que a descontextualização dos documentos é bastante possível nesse contexto.

8- *Os arquivos que custodiam os documentos da repressão devem submeter-se à proteção legal dos bens de interesse cultural*

- Ressalta que esses documentos devem entrar na categoria de bens culturais, caso o país possua leis de proteção. No caso de países onde há proteção dos arquivos públicos, esse acervo poderá simplesmente ser transferido ao arquivo em questão para que esteja protegido.

9- *Deve-se regulamentar o uso dos arquivos da repressão*

- Essa regulamentação deve garantir o exercício dos direitos coletivos e individuais. As regras devem garantir que toda pessoa tenha acesso ao arquivo; que o indivíduo que seja citado dentro do documento decida se as

informações sejam divulgadas ou não; no caso de não ter sido um agente do governo repressor se os documentos referentes aos agentes repressores forem acessíveis, a segurança dessas pessoas envolvidas deve ser garantida.

10-Também se deve conservar e tornar acessível os testemunhos sobre as violações dos direitos humanos que se localizem nos países de tradição democrática. Igualmente, se devem exigir, pelos países em processos de transição, as fontes sobre a violação de direitos humanos e repressão política que os afetem que estejam em poder dos serviços de inteligência de regimes de tradição democrática

- O autor explica que apesar de estarem em regimes de tradição democrática, muitos países apresentam casos de violação dos direitos humanos e a documentação que prova a existência dessas violações deve ser acessível para os países que estão no processo de redemocratização, quando de importância nesse processo.

11-Deve-se localizar e realizar um censo dos arquivos dos organismos públicos envolvidos na violação dos direitos humanos

- Ressalta a importância de buscar os fundos documentais que estão desaparecidos, seja pela falta de preservação, seja pela intenção dos antigos regimes ditatoriais em destruí-lo ou torná-lo inacessível à sociedade a que pertence.

12-Devem-se arbitrar medidas de fomento para localizar, proteger e tratar arquivisticamente os fundos documentais produzidos pelas organizações de direitos humanos e organismos de oposição aos regimes repressivos

- Afirma que o governo deve promover programas para o tratamento e guarda dos arquivos, mas, quando necessária mais ajuda econômica, a ajuda internacional é uma alternativa aos arquivos.

13-Deve-se divulgar o conhecimento dos arquivos que conservam documentos que testemunham a violação de direitos humanos

- O autor defende a ampla divulgação do trabalho realizado pelos arquivos e dos documentos ali disponíveis, desde os arquivos públicos até as instituições de defesa dos direitos humanos, organizações sociais, fundações, entidades religiosas e sindicatos, e garante que é essencial à aproximação dessas instituições com os meios de comunicação disponíveis.

Além das recomendações acima, que abordam questões relacionadas à custódia e acesso aos documentos relacionados a violações de direitos humanos, em seu relatório, Quintana ainda sugere aos profissionais arquivistas que são responsáveis por esses acervos outras recomendações específicas acerca de seu trabalho com os documentos de arquivo. São elas: *proceder a identificação de fundos*¹¹; *realizar trabalhos de valorização e contrastá-los com outros profissionais e aplicar o princípio de procedência*, ressaltando a importância da integridade dos fundos, da cadeia de custódia e da descrição.

O relatório apresentado ao ICA compõe, junto a outras iniciativas, importante ferramenta para a compreensão das particularidades dos acervos sobre ditaduras militares e desenvolvimento de técnicas para o tratamento desses acervos, conforme sua necessidade. O autor ainda conclui que:

(...) estes conjuntos documentais devem ficar à disposição dos povos, para não cercear parte de sua memória coletiva, nem de essa outra memória universal necessária para a luta contra a barbárie que supõe a sistemática violação dos direitos humanos e, com as garantias pertinentes, para serem postos a serviço da causa dos direitos humanos. Assim, a responsabilidade de sua custódia transcende os limites dos estados, enquanto a investigação e sanção das violações dos direitos humanos transcende o interesse particular de uma sociedade determinada, transformando-se em um assunto de interesse de toda a comunidade internacional. (QUINTANA, 2009, p. 55, tradução livre)

Já a socióloga argentina e coordenadora do programa de patrimônio documental do *Memoria Abierta*¹², Graciela Karababikián, discute a situação dos arquivos e direitos humanos de seu país e conclui que:

¹¹ As recomendações foram traduzidas e transcritas livremente do relatório *Políticas Archivísticas para la Defensa de los Derechos Humanos* (QUINTANA, 2009), com alterações quando necessário para o entendimento do tópico abordado.

¹² O *Memoria Abierta* faz parte de nossa pesquisa será apresentado posteriormente.

(...) os documentos podem converter-se em fonte de investigação, mas que não são a verdade em si mesma, que os papéis não falam e, sim, são interpretados, que sua boa habilidade ao guardá-los, classificá-los, descrevê-los e fazê-los acessíveis para sua consulta não podem depender de critérios arbitrários. Que existem normas provadas e não é bom aplicar critérios conjunturais diferentes (e em alguns casos até contraditórios) frente a cada nova situação. Que os arquivos contribuem a fortalecer e aprofundar a democracia e não devem ser para proveitos setoriais. Que os critérios para facilitar sua consulta não devem deixar de lado situações que podem vulnerar outros direitos. (KARABABIKIÁN, 2007, p. 646, tradução livre)

É importante que os acervos que comprovam a violação dos direitos humanos estejam armazenados em instituições que tenham sua missão bem definida e, a partir disso, invista no desenvolvimento de políticas adequadas ao tratamento documental, além de comprometerem-se com a disseminação das informações contidas em seu acervo de forma legítima e respeitosa com as vítimas dos regimes repressores.

4 ACERVOS IMAGÉTICOS E DIREITOS HUMANOS

Os documentos fotográficos compõe grande parte do acervo pessoal, administrativo, jurídico e de imprensa existente da época das ditaduras militares dos países da América Latina. A organização desses documentos mantém seu papel como forte instrumento para as reparações jurídicas e sociais, além de colaborar na construção da memória e, também, influencia no desenvolvimento da sociedade.

4.1 Organização de acervos imagéticos

O documento de arquivo, segundo Bellotto (2002), é criado em decorrência de uma atividade administrativa e, posteriormente, passam a fazer parte de arquivos permanentes ou históricos. Devem estar presentes no documento de arquivo princípios fundamentais da Arquivística como a organicidade, proveniência, unicidade e indivisibilidade. O valor de prova do objeto depende da preservação das referências desses princípios no documento.

Se ao tempo da produção, tramitação e vigência dos documentos (a chamada primeira idade arquivística), eles serviram à dimensão jurídica e administrativa (uso primário, valor primário, valor de prova), posteriormente esses documentos passam a ter um valor residual, que valerá, já não como prova de “fê”, e sim como testemunho, como informação. É o seu valor secundário, sendo permitido o uso do termo secundário, realizado pelos historiadores e pelos pesquisadores em geral, de cunho mais amplo que o restrito ditado jurídico e administrativo contido no teor documental. (BELLOTTO, 2002, p.22)

Esse valor de testemunho está ligado à sua importância jurídica quando discutimos a questão da fidedignidade da informação à realidade. Ao organizarmos um documento de maneira inadequada, desconsiderando os aspectos citados acima, não só sua importância administrativa como a interpretação de seu conteúdo informacional fica ameaçada. A capacidade do profissional da informação em decifrar um conteúdo depende diretamente de seu conhecimento sobre o assunto tratado e seu repertório pessoal, situação que não condiz com os procedimentos de organização de acervos de um arquivo jurídico ou administrativo.

Como norma geral temos que considerar que os princípios gerais da arquivística são também válidos para os arquivos da repressão. É frequente que a aparente mescla de documentos presentes nos arquivos das instituições repressivas, sobretudo nos serviços de informação, faça o arquivista pensar na necessidade de uma nova e global classificação de documentos. O

arquivista não deve precipitar-se nessas avaliações. Geralmente, por trás dessa aparência de desorganização se esconde uma lógica, talvez muito simples, mas que garantia uma grande eficácia nos trabalhos que o organismo assumia. A lógica policial determina uma estruturação particular desses fundos documentais. Aqui, os princípios de respeito aos fundos e a sua ordem original devem ser mantidos. O trabalho do arquivista será essencialmente o de conhecer a dinâmica de atuação dessas instituições e a de fazer entender a mesma mediante os quadros de classificação e os instrumentos de descrição que elabore.

O mesmo se podia dizer dos arquivos das organizações não governamentais defensora dos direitos humanos, salvo que nesse caso a lógica que determina a estrutura dos conjuntos de documentos recoletados ou elaborados é a de denúncia das violações ou a demanda de justiça. (QUINTANA, 2009. p. 125, tradução livre).

O autor, nessa afirmação defende sobre os procedimentos que devem ser seguidos na organização de documentos das instituições relacionadas aos direitos humanos dos quais devem ser os mesmos utilizados na organização de outros arquivos. Isso se deve ao fato de que os métodos arquivísticos independem do conteúdo do documento.

Esse conteúdo deve, sim, ser considerado no tratamento do documento de arquivo, mas em um segundo momento, não como critério decisivo para sua classificação e ordenação. Os aspectos específicos de cada acervo, documento e suporte devem ser considerados quando se elabora um programa de trabalho, mas é importante ponderar se os documentos em questão integram um arquivo e respeitar suas necessidades de tratamento como tal.

As fotografias passam pelo mesmo processo, às vezes confuso, de organização. Segundo Lacerda (2008, p.100), “[...] a fotografia nunca compartilhou com espécies documentais tais como certidões e recibos, dentre outras, de uma mesma concepção originária em relação a uma configuração atrelada a uma função documental”. Tal característica fez com que se acreditasse que a melhor forma de organizar uma fotografia fosse por meio da interpretação de seu conteúdo imagético.

Quando tratamos de um banco de imagens que tem como função somente o insumo de outras obras, o trabalho voltado à leitura de imagens pode não influenciar o acervo a ponto de ser descaracterizado. Como exemplo, citamos um acervo televisivo de imagens brutas, que é utilizado para a produção de um telejornal diário. O material, apesar de ter sido uma demanda da rede de televisão, não se classifica como função final da instituição e é apenas reproduzido diversas vezes nas reportagens. Nesse caso, a perda dos elementos contextuais do objeto não seria tão prejudicial.

Apesar disso, entende-se que, ao deixar de lado esses dados, alguns aspectos informacionais também são perdidos no processo e a identificação dessas imagens pode ser comprometida. A identificação arquivística, que requer pesquisas e estudos para a recuperação de informações sobre as funções e atos que recaem diretamente na produção do documento são necessárias quando se organiza massas documentais acumuladas.

Porém, em diversos momentos, ao nos depararmos com documentos fotográficos arquivísticos sem contextualização de sua produção e sem organização, tendemos, na maioria das vezes, a considerar o referencial da imagem como o determinante para a sua elaboração, assim o referente passa a ser o elemento “vivo” da fotografia, como se essa documentação houvesse sido produzida por e com este objetivo. A imagem fotográfica, como qualquer outro documento, compõe-se de diversos fatores e atributos e não de um único determinante. (MADIO; FUJITA, 2008, p. 252)

A leitura da imagem depende da cognição humana, processo de assimilação do mundo, construído a partir de experiências pessoais e transformada em conhecimento, e é estudada de forma a auxiliar o entendimento das representações. A Semiótica investiga todas as linguagens apresentadas, os signos e seus significados na natureza, interpretados através de processos cognitivos.

A semiótica de Peirce (2008) analisa três modos como os fenômenos naturais são assimilados e formulados na mente. O primeiro está no nível de sentimento, sem consciência real do objeto observado, processo que ocorreria após o segundo modo, onde ocorre uma inquietação consciente na observação de algo que se reconhece e se atribui sentido

No terceiro nível a interpretação é realizada a partir da relação de signo e significado, onde se identificam termos e conceitos no objeto. A semiótica apresentada por Peirce apresenta as características simbólicas e que as representações não são todas linguísticas, estruturadas. A Teoria Geral dos Signos define três categorias: índice, ícone e símbolo. O índice traz um pedaço do significante por transposição física, o ícone traz um pedaço do referente nele mesmo, por similaridade e o símbolo atua com arbitrariedade.

Quando estudamos a representação de imagens a partir da Teoria de Peirce, entendemos que “leitura” de fotografias é um termo que não pode ser considerado pertinente para qualquer situação. Quando se fala em leitura, pensa-se em um termo estruturado e se essa estrutura é alterada, se altera também seu significado. A imagem pode sofrer alterações estruturais e ainda transmitir a mesma mensagem ao receptor. A imagem possui elemento icônico, a verossimilhança é icônica, porém antes de ser icônico, é indicial. A identificação

desses elementos na imagem, muitas vezes, não pode ser subordinada à capacidade cognitiva de um interpretante.

A fotografia que faz parte de uma história, que constrói um sentimento nacional e tem relevância administrativa ou jurídica carece de elementos mais concretos que a situem dentro de seu contexto.

4.2 Arquivos fotográficos de períodos de repressão

*“No quiero y ni puedo permitirlo que se olviden, por ejemplo.
No puedo ni quiero permitir perdonar tampoco...”*
Claudio Pérez¹³

Em Santiago, no Chile, durante a ditadura de Pinochet, a divulgação de imagens não oficiais, ou seja, não respaldada pela *Unión de Reporteros Gráficos* eram proibidas de serem vinculadas nos meios de comunicação. Os fotógrafos que não estavam associados a uma instituição, e que trabalhavam a fim de registrar o que se passava nas ruas do país, a violência dos militares contra o povo, as manifestações e reivindicações de familiares de detidos e desaparecidos, perceberam que se eles se juntassem em um grupo fortalecido por sua profissão, estariam protegidos e conseguiriam realizar melhor seu trabalho.

Assim foi criada a *Asociación Gremial de los Fotógrafos Independientes*, a AFI, que, neste momento, conseguiu divulgar seu trabalho por meio de agências internacionais. A história desses atores, que se confunde com a história do período de repressão militar no Chile, é revelada no documentário de Sebastián Moreno, *La Ciudad de los Fotógrafos*. O filme conta a história desse grupo, do qual integrantes desapareceram, foram assassinados e alguns continuam vivos para revelar a importância dessas fotografias tiradas para o processo.

Os fotógrafos perceberam a importância de seu trabalho, passando, assim, a utilizá-lo como arma política a fim de delatar e imortalizar o que se passava. Mostravam com suas fotos a inconformidade com o sistema de governo. Um trabalho que, segundo os próprios fotógrafos, não tinha a pretensão de acabar com a ditadura, mas que resultou numa grande ameaça ao governo Pinochet, uma vez que essas imagens saíam do Chile para o mundo e denunciavam a forma como se praticava a repressão no país. O valor desses documentos foi naturalmente percebido e resultou na perseguição dos profissionais envolvidos e, em dado momento, na proibição de imagens em qualquer tipo de publicação.

O grupo passou a compreender a importância das fotografias na defesa dos detidos desaparecidos e até na comprovação de sua existência. Os familiares organizados possuíam grupos responsáveis por chamar os fotógrafos para registrar o momento de seus atos contra a ditadura, esperando a divulgação do material. Essa comunicação entre os fotógrafos e os manifestantes fazia com que eles conseguissem tirar as fotos antes que a polícia chegasse, garantindo-lhes o registro ato.

¹³ Fala transcrita literalmente do documentário *La Ciudad de los Fotógrafos* (ver referências bibliográficas).

Imagem 1: Ato dos familiares de desaparecidos chilenos em Santiago¹⁴



Fonte: <http://www.laciudaddelosfotografos.cl/>

Dentre as histórias reveladas no documentário, está a de Ana Gonzáles, mãe que teve seu marido, dois filhos e a nora grávida desaparecidos, durante a ditadura. Em seu depoimento, Ana fala da dificuldade que foi encontrar uma foto para colocar no peito, durante os atos realizados pelos familiares de desaparecidos, já que ela e sua família nunca tiveram uma câmera fotográfica. Ana afirma que “[...] não ter a foto da família é como não formar parte da história da humanidade” (CIUDAD...,2006).

Contreras (2012, p. 6) discute a relação entre a fotografia, a memória e os direitos humanos e afirma que “[...] as fotografias dos desaparecidos e executados políticos reclamam e atestam seu passo pela história como uma verdade irrefutável. Na fotografia aparece o que *esteve*, que *foi* nesse momento. Esses homens e mulheres existiram”. E, assim, aquele que foi morto ou está desaparecido pode ter a possibilidade de entrar na história, seja de seu país, sua cidade, sua família.

Outra mulher, que teve quatro entes desaparecidos possui em sua casa grandes fotografias emolduradas dos familiares e quadros pintados a óleo, lembranças que, segundo ela, permitem que ela converse com seus filhos e esposo e os sinta mais próximos, como se estivessem vivos. Batista Jr. (2009, não paginado) reafirma a relevância e o mistério que envolve o registro fotográfico para a memória:

¹⁴ Os atos eram fotografado a pedido dos familiares, que, nesse caso, avisando com antecedência o que planejavam fazer, permitiram que os fotógrafos chegassem antes da polícia repressora e registrassem o momento em que as mães de desaparecidos se atavam às grades do que acreditamos ser um local de importância naquele ato, com correntes e cadeados.

Há em toda fotografia uma espécie de interrupção do tempo e, portanto, da vida. Tudo o que foi selecionado e capturado pelas lentes do fotógrafo, a partir do instante em que foi registrado, permanecerá para sempre interrompido e isolado na forma bidimensional da superfície fotosensível. A cena fotografada, sem antes nem depois, tem o poder de “eternizar” o acontecimento, sem poupar quem a vê, de um sentimento de ausência. Este descompasso entre a presença e a ausência, entre a distância e a proximidade, entre o reconhecimento e a lembrança do fato ou pessoa fotografada, são alvo das análises de muitos estudiosos da imagem fotográfica. Praticamente, desde a sua descoberta, a misteriosa relação da foto com o passado – o clic, o corte na duração do real - foi motivo de discussões ora intimistas, ora fenomenológicas, ora semióticas, ora históricas. (BATISTA JR, 2009, não paginado).

Percebemos que além da importância no momento em que ocorriam os assassinatos e desaparecimentos, as imagens possuem o poder de “devolver a vida” às vítimas da repressão. No documentário, Claudio Pérez, membro da AFI, mostra seu trabalho em reunir fotos de todos os desaparecidos e mortos. O projeto *Muro de la Memoria*, ou *Memorial Puentes Bulnes*, reúne essas imagens impressas em azulejos num painel. As imagens dessas pessoas durante seus momentos cotidianos faz com que se conheça a vida de cada um deles, até o momento em que a foram tiradas. Em uma de suas buscas, chega à casa da família de um detido-desaparecido, um pai, cujo filho só o conheceu pelas fotografias que guardava sua esposa.

Esse exemplo nos mostra que não só as fotografias dos atos da ditadura como outras imagens que podem retratar o cotidiano de uma vítima, por exemplo, se relacionam ao tema. Todos os atos que ocorreram e ainda ocorrem a fim de resolver pendências relacionadas à ditadura, expor ou simplesmente recordar geram documentos fotográficos que incorporam os acervos relacionados às violações dos direitos humanos.

Imagem 2: Familiares levando no peito fotografia dos desaparecidos



Fonte: <http://www.laciudaddelosfotografos.cl/>

Ainda é relatada no filme outra experiência onde a fotografia teve seu papel essencial na vida de uma família que buscava o paradeiro de detidos durante a ditadura. Luiz Navarro, fotógrafo da *Vicaría de la Solidaridad* durante o período, participava dos processos de identificação de alguns corpos em um lugar chamado *Hornos de Lonquén*, local que, depois, se tornaria um monumento nacional, por ter sido o primeiro sítio encontrado com cadáveres de pessoas que haviam sido presas e desaparecido.

Essa busca específica teve início após a denúncia à *Vicaría* sobre prisão de quinze camponeses, de 17 a 51 anos, que haviam sido levados da *Isla de Maipo*, na região metropolitana de Santiago, em 1973. Esses homens ficaram desaparecidos até 1978, quando a ossada foi descoberta e foi iniciada a identificação dos restos. O fotógrafo Luiz Navarro foi acompanhar a retirada dos corpos e, assim que conseguiu fotografar, reconheceu um dos mortos por sua camiseta.

Navarro, porém, nunca o havia visto pessoalmente, mas a peça de roupa, por algum motivo, ficou marcada em sua mente quando ele participou da reunião de fotos para a busca dessas vítimas. Assim, pode, antes de todo o processo de perícia, afirmar que ali se encontravam os corpos dos camponeses desaparecidos. Esses são alguns dos diversos casos onde a fotografia integra a história durante períodos de repressão e violação de direitos humanos.

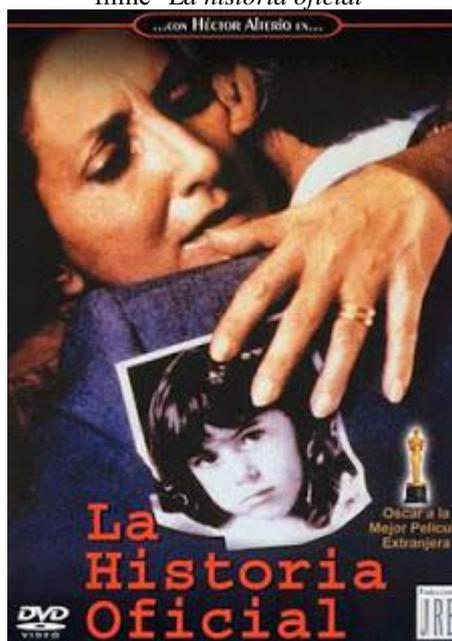
Outro exemplo do uso da fotografia no contexto pode ser observado em “*La historia oficial*”. O longa-metragem argentino foi escrito e dirigido por Luis Puenze, lançado em 1985.

O filme, que ganhou o Oscar de melhor filme estrangeiro em 1996 e também foi indicado como melhor roteiro original, conta a história de uma mãe que se dá conta tardiamente que sua filha adotiva pode ter sido tirada à força de alguma mulher que estava presa, desaparecida ou que tenha sido assassinada durante o último período de Ditadura Militar na Argentina.

Juntando as poucas informações que tinha sobre o nascimento da criança, a protagonista Alicia começa uma busca por mais dados que pudessem confirmar a origem da menina. Durante essa jornada, Alicia conhece algumas das *Madres e Abuelas de Mayo*, mulheres que fazem parte dessas duas organizações criadas durante a ditadura, que perduram até hoje, com a finalidade de buscar informações sobre seus filhos e netos desaparecidos e reparações às famílias vítimas.

Ao encontrar pessoalmente com Alicia e sua filha, Gaby, uma dessas mulheres, Sara, reconhece na criança diversas semelhanças com sua filha desaparecida. Para provar a Alicia que Gaby poderia ser sua neta, Sara conta a sua história de mãe a partir das poucas fotos que guardava de sua própria filha e seu marido, também desaparecido, possíveis pais de Gaby. Numa cena emocionante, as fotografias trazem à tona toda uma história de vida que foi interrompida pelos atos violentos da Ditadura Militar. Além desse papel importante, na história Alicia reconhece a tal semelhança entre Gaby e a criança da foto e assume a possibilidade de ter encontrado a família biológica de sua filha adotiva.

Imagem 3: Um dos cartazes de divulgação do filme “*La historia oficial*”



Fonte: <http://salalatinadecinema.blogspot.com.br/>

Apesar de se tratar de um roteiro fictício, *La historia oficial* retrata situações existentes nesse recente período após a queda da ditadura militar. Com a volta da democracia oficial do governo, muito foi revelado sobre o que se passava dentro dos centros de detenção e passou-se a escutar mais os apelos daqueles que buscavam seus parentes desaparecidos.

Assim, ao iniciar-se o processo de busca, essas pessoas tiveram que reunir tudo que havia sobre os desaparecidos para comprovar sua existência e o provável envolvimento do governo militar no seu desaparecimento. As fotografias foram partes importantes nessa “comprovação” e, também, na denúncia para a sociedade do que havia passado nos últimos anos.

A fotografia aparece aqui, então, como mônada, como uma constelação de totalidade histórica que rompe com o *continuum* da história oficial, uma vez que se constituem documentos e exercícios de memória, para quem, vendo essas fotografias reconhecemos desde elas, os rastros de um país que ainda existe latente, em suas demandas, nos conflitos não resolvidos, no seu desaparecimento. (CONTRERAS, 2012, p. 5)

Caberia discutir se a imagem tem um poder representativo maior que um documento textual em casos onde, ao mesmo tempo, a intenção é comprovar a existência de uma pessoa sensibilizando aqueles que podem unir-se a uma causa como a que citamos acima, das *Madres de Mayo*, *Abuelas de Mayo*, entre outras diversas.

No entanto, o aprofundamento desse tema seria objeto de um estudo futuro. Isso permitiria discutir se o impacto causado pela exibição de imagens é mais significativo num ambiente onde se necessita atenção do maior número de pessoas possíveis. Independente de discussões sobre a veracidade de uma fotografia, o poder da imagem é expressivo numa denúncia.

No momento em que a imagem revela uma cena, a absorção de seu conteúdo pela pessoa que a observa desperta sentimentos e gera conclusões pessoais mais difíceis de serem contrariadas com informações textuais ou orais. Eventualmente, junto com documentos que possuem autenticidade dentro de seu contexto de origem, uma fotografia de um desaparecido sendo capturado por militares, por exemplo, torna-se fundamental num processo judiciário de reconhecimento de sua morte em um centro de tortura durante a ditadura¹⁵.

¹⁵ Um exemplo disso pode ser observado na recente revisão do caso de Vladimir Herzog.

4.3 Utilização dos arquivos fotográficos para reparações individuais e coletivas

O documento pessoal é a forma mais objetiva que um cidadão possui para comprovar sua existência, seus bens e sua posição na sociedade. Na falta desses documentos, recorrer a um arquivo pode garantir seus direitos. A destruição de um acervo, portanto, pode apagar a história não apenas da instituição que possui sua guarda, como também alterar pessoalmente um indivíduo e a composição da sociedade como um todo.

Com frequência mencionamos a importância que os documentos gerados em torno da repressão política têm para perpetuar a memória dos povos, na medida em que são testemunhos insubstituíveis da repressão sofrida pelos mesmos, mas o argumento mais importante para defender a conservação dos documentos repressivos nos novos regimes democráticos está na importância que têm para as pessoas afetadas pela repressão como suas vítimas diretas ou indiretas, já que serão essenciais na nova situação política para o exercício de determinados direitos individuais: retratação, anistia, reparações, indenizações, pensões, restituição de bens (...). (QUINTANA, 2009, p.54, tradução livre)

Trudy Peterson (2012, p.3) cita quatro categorias definidas pela instituição não governamental *Swisspeace*, onde se visualizam as contribuições dos acervos relacionados a períodos ditatoriais: nos processos contra agressores; na garantia de que aqueles que estavam em cargos de poder durante os regimes militares não ocupem novas posições nos novos governos; na exposição da verdade dos fatos ocorridos para a sociedade, grupos específicos ou indivíduos; e na restituição e reparação.

No *Juicio a las Juntas* argentino, Victor Bastera apresentou um acervo fotográfico salvo da destruição da antiga *Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA)*¹⁶, centro de tortura localizado em Buenos Aires. Bastera foi sequestrado em 1979 junto com sua esposa e filha recém-nascida e permaneceu na ESMA até dezembro de 1983 e vigiado até agosto de 1984. Durante esse período, foi designado a fotógrafo dentro do centro clandestino e passou a tirar fotografias dos militares para produzir documentos falsos para ações ilegais das Forças Armadas.

Em um dia de “trabalho” percebeu uma grande pilha de fotografias que iriam ser incineradas e levou consigo uma parte muito importante da história da ditadura na Argentina. Para salvar as fotografias, Bastera as guardou e levou aos poucos escondidas em suas roupas

¹⁶ Foi um centro de detenção durante a última ditadura argentina. Dos 5.000 detidos, 90% foram assassinados ou desapareceram.

para fora do centro, quando já tinha permissão para voltar à sua casa após cumprir suas tarefas.

Imagem 4: Detidos durante a ditadura argentina na ESMA



Fonte: <http://www.institutomemoria.org.ar/>

As fotografias, que foram escondidas por Basterra até o fim do período ditatorial e reveladas durante processo judicial organizado em 1985 pelo presidente Alfonsín (1983-1989), reuniu provas contra os organismos e pessoas responsáveis pelo ocorrido durante a ditadura.

Os militares estavam a ponto de exterminar importantes provas dos atos violentos que ocorriam dentro da ESMA. A imparcialidade do documento de arquivo pode ser observada nesse exemplo que, assim como ocorreu no caso do Projeto Brasil Nunca Mais¹⁷, os documentos produzidos a fim de controle pelo governo militar passou a incorporar um diferente arquivo e uma nova função, totalmente relacionada e dependente de sua produção primária, servindo de subsídio aos julgamentos posteriores.

O efeito bumerangue que neste sentido têm os documentos que custodiam é atípico e único, e requer, desde o ponto de vista profissional do arquivista, uma profunda reflexão sobre a gestão de tais fundos; uma vez que faz recair sobre as instituições arquivísticas uma desconhecida responsabilidade. [...] O lema que encontramos em uma placa na entrada do edifício da *Comisión por la Memoria*, de Buenos Aires, (“onde habitou o horror reinará a vida”) nos faz uma clara referência a que esta velha instituição tem dado lugar a uma nova entidade que atua, justamente, como seu contrário, dentro do efeito bumerangue de que falamos em ocasiões anteriores. Os documentos aqui

¹⁷ O informe produzido pelo projeto Brasil Nunca Mais, assim como o Nunca Más, produzido pela CONADEP, na Argentina, entre outros publicados nesse período, marcaram uma nova etapa na luta contra a violação dos direitos humanos por meio da punição dos responsáveis e reparações individuais ou coletivas. A partir daquele momento, a utilização dos documentos oficiais gerados pelos próprios organismos governamentais dava embasamento aos processos judiciais contra as atitudes dos militares, impossibilitando a dúvida que era gerada nos processos onde se contava apenas com os testemunhos das vítimas e familiares.

custodiados não serão mais fonte de sofrimento, tortura ou morte, mas devem ser uma ferramenta para a reparação das atrocidades cometidas e uma vacina contra o esquecimento. (QUINTANA, 2009, p. 35-97, tradução livre).

O exemplo citado por Quintana reafirma a imparcialidade do documento de arquivo, já que os documentos de um órgão de segurança responsável pelas violações dos direitos humanos serão aqueles que farão parte do processo contra o próprio órgão e as pessoas que trabalharam no local e participaram de sessões de tortura, assassinato e desaparecimentos durante a ditadura militar. Nesse contexto, é importante ressaltar que o documento, apesar de passar a ter uma nova função, continua com seus vínculos originais, já que esses vínculos são a base para a prova da autenticidade do documento que, por sua vez, relata as atividades da instituição. Provadas que tais atividades, das quais hoje são oficialmente consideradas irregulares pelo Estado e carecem de punição, foram executadas por um órgão ou indivíduo, é possível atribuir à devida responsabilidade e aplicar as condenações necessárias.

Caso o documento não possua mais esse vínculo arquivístico que mencionamos, a constatação dos atos violentos fica prejudicada pela falta de comprovação documental e pode, inclusive, levar a um julgamento equivocado, injusto ou a interrupção do processo com a subsequente impunidade.

Uma das dificuldades em se realizar um trabalho que conte com documentos perfeitamente preservados em suas características físicas, informacionais e arquivísticas é o conhecimento do poder dos documentos de arquivo como prova e revelação. Por esse fato, uma das mais comuns manobras realizadas por uma instituição que está prestes a cair é a destruição em massa de todos os documentos que possam comprovar suas atividades e, até mesmo, sua existência.

Algumas das instituições de memória responsáveis pelo armazenamento de documentos relacionados aos desaparecidos regimes ditatoriais trabalham diariamente com o desafio de reconstruir a relação entre os documentos que possui ou recebe em seu acervo, para garantir a credibilidade dos casos revelados à sociedade.

As fotografias podem, nesse contexto, ser grandes aliadas do processo de construção de memória e história. Podem, porém, paradoxalmente – como sói ocorrer - com todas as memórias - abrir margem para diferentes narrações, que ora podem contradizer-se e prejudicar a consistência do discurso daquela instituição ou de outras que se dedicam às atividades semelhantes.

5 INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA NO CHILE E NA ARGENTINA

Esta pesquisa buscou discutir a organização e utilização de acervos fotográficos relacionados a períodos ditatoriais, a partir do levantamento e análise de instituições de memória. Entendemos que existem diferentes tipos de acervos de fotografias e que, um documento fotográfico pode fazer parte de um arquivo, integrar um banco de imagens e/ou formar uma exposição museológica, entre outros. Essa característica do documento imagético faz com que a forma como ele deve ser organizado deva ser repensada e adequada às suas especificidades.

Por isso, acreditamos que as experiências de centros de informação que possuam fotografias em seu acervo, referentes às violações dos direitos humanos, devem ser apresentadas para que haja uma contribuição entre essas diferentes instituições que organizam esse tipo de material e àquelas que venham a surgir para custodiar acervos fotográficos. A seguir, apresentaremos os dados coletados sobre os centros de memória escolhidos para a pesquisa, como representantes dos diversos tipos de instituições existentes sobre o tema.

5.1 *Memória Abierta*¹⁸

A Argentina iniciou o processo de repressão no ano de 1930, com as imposições ocidentalistas e cristãs, desbancadas por Perón em 1943. Apesar de viver em um regime declarado democrático durante alguns anos, diversos golpes militares desestabilizaram os governos que se seguiram.

O país voltou a uma ditadura militar em 1966, com a derrubada do presidente eleito Arturo Illia. Durante esse período, os generais Juan Carlos Onganía, Roberto Marcelo Levingston e Alejandro Agustín Lanusse foram chefes de estado e do exército. Em 1973, Juan Domingo Perón foi eleito presidente e governou até sua morte, em 1974, quando Isabelita Perón, esposa do segundo casamento do presidente, assumiu o cargo.

Em 1976 foi destituída pelos militares - quando se instala o período ditatorial mais violento da Argentina, que perdurou até 1983. Na história da Argentina, seis golpes de estado marcaram os confrontos entre o Exército e os grupos civis armados, resultando em situação de repressão intensa e crimes contra a humanidade.

Durante e após o período de repressão na Argentina, diversos organismos institucionais e civis foram criados com diferentes intuítos, relacionados aos direitos humanos¹⁹.

Atuando como importante organismo de direitos humanos, o *Memoria Abierta* trabalha por meio de uma ação coordenada entre a *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos*, o *Centro de Estudios Legales e Sociales*, a *Fundación Memoria Histórica y Social Argentina*, a *Madres de Plaza de Mayo (Línea Fundadora)* e o *Servicio Paz y Justicia*. O *Memoria Abierta* foi criado por organizações de direitos humanos da Argentina em 1999, com atuação independente do governo como um forte centro de acesso à informação sobre o recente passado ditatorial no país, com o desafio de reunir a documentação dispersa nos arquivos do território argentino. Em 2001, após dois anos de apresentações do projeto em comissões e instituições relacionadas, o grupo começou a receber doações que lhe permitiu o início formal de suas atividades, com a fundação de escritórios.

Dentre os trabalhos realizados, com o fim de construir a memória social, estão a junção de acervos diversos em fontes de informações únicas, a organização e recuperação de

¹⁸ A descrição primária da instituição *Memoria Abierta* é parte do artigo “Acesso a documentos imagéticos: o acervo fotográfico do *Memoria Abierta*”, apresentado na *Internacional del Conocimiento – Simposio 14 (Aceso a la información: ciudadanía, derechos humanos y democracia)*, em Santiago, Chile, em janeiro de 2013.

¹⁹ Ver Apêndice A: Entidades listadas pela *Secretaria de Derechos Humanos* do governo argentino.

diferentes materiais, a coleção de testemunhos orais sobre o período e a investigação nos inúmeros locais que funcionaram como base para o plano de repressão, através dos vestígios das ações ocorridas.

O acervo documental é imensamente significativo para o *Memoria Abierta* e os outros organismos existentes. Tais organismos foram criados durante e após a repressão por diversos grupos e trabalharam, desde então, na intenção de preservar e divulgar os documentos que carregam essa história. Hoje, os principais convênios do *Memoria Abierta* na esfera dos acervos fotográficos são com o *Archivo General de La Nación* (AGN), *Asociación de Reporteros Graficos de la República Argentina* (ARGRA), *Comisión Nacional sobre La Desaparición de Personas* (CONADEP), *Madres de Plaza de Mayo*, entre outros.

O arquivo do *Memoria Abierta* é, hoje, coordenado apenas por uma bibliotecária. Antes havia uma equipe trabalhando para atender a todos os órgãos envolvidos, porém hoje cada instituição, se possível, deve contratar um profissional para manter seu arquivo, independente do *Memoria Abierta*. Segundo Evangelina Sanchez, bibliotecária da instituição, o tratamento do acervo enfrentou dificuldades durante o processo de organização, pois não atraía a atenção dos apoiadores, assim como os diversos arquivos existentes ou construídos na instituição.

Acervo fotográfico do *Memoria Abierta*

O trabalho realizado em relação às fotografias resume-se na inserção dos documentos no catálogo automatizado, que possui interface disponível aos usuários na *web*, e na conservação de documentos originais doados ao acervo ou cópias em alta qualidade das fotografias armazenadas nos organismos conveniados, ou seja, ao invés de centralizar os documentos originais, o *Memoria Abierta* disponibiliza à sociedade uma base de dados onde são incluídas referências dessas fotografias que estão fisicamente armazenadas em suas instituições produtoras.

A transferência de suporte é uma maneira de preservar as fotos mais requisitadas. As fotografias são digitalizadas e parte destes documentos é disponibilizada na Internet para consulta, junto às referências, e em baixa resolução. Para a formação do acervo, alguns fotógrafos e repórteres da época da ditadura, como, por exemplo, Pablo Lasanky e Maria Laura Guembe, começaram a doar seus documentos, estimulando outros profissionais ou

pessoas que possuíam acervos pessoais a doar suas fotografias para o *Memoria Abierta* a fim de garantir a melhor disseminação das informações nelas contidas.

Imagem 5: Acervo fotográfico do *Memoria Abierta*



Fonte: *Memoria Abierta*

Imagem 6: Jorge e Graciela Imhoff assistindo a uma denúncia de Gustavo Francisco Bueno²⁰



Fonte: Acervo do *Memoria Abierta*

²⁰ A ficha catalográfica, que explica o conteúdo informativo e indica a entidade produtora dessa fotografia será apresentada a seguir.

Dentre os documentos disponibilizados hoje pelo acervo imagético do *Memoria Abierta*, as fotografias dos repórteres são mais procuradas por serem mais estéticas e atenderem melhor as necessidades da imprensa. O serviço prestado pela organização, que inclui a seleção de imagens, cópia digital em alta resolução e a emissão de autorização de uso, hoje, possui um custo estabelecido para manter as atividades do arquivo em funcionamento. A autorização é solicitada, de acordo com o documento, ao organismo que possui o documento original ou ao fotógrafo.

A informação que temos é de que normalmente não há problemas para conseguir a autorização de uso da imagem, mas que o processo é importante para que não se perca as informações originais de cada fotografia. Dessa forma, ao solicitar o uso da fotografia ao produtor, mesmo que seja por intermédio do *Memoria Abierta*, o usuário tem contato com as informações que foram associadas ou recuperadas com intuito de preservar o contexto desses documentos.

Para a organização sistemática do acervo e o catálogo automatizado, foi desenvolvido um sistema adaptado em *WinISIS*, pois não possuíam algo mais adequado para o armazenamento e organização de materiais não convencionais, e os metadados escolhidos foram baseados em teorias e técnicas advindas da Biblioteconomia e da Arquivologia, de acordo com a necessidade de seus usuários. Ainda assim, encontram-se muitos obstáculos para a aplicação e aprimoramento de tais técnicas no acervo, uma vez que há dificuldade em encontrar profissionais qualificados na área da Arquivologia, que ainda é pouco conhecida e, principalmente, pouco reconhecida na Argentina no cenário atual.

A base utilizada está fundamentada no formato da CEPAL (*Comisión Económica para América Latina*), que possui diretrizes para organização de sistemas de informação bibliográfica, adaptado para materiais fotográficos. As normas arquivísticas são utilizadas de acordo com o ISAD(G) e as normas bibliotecárias baseiam-se na AACR2 (regras anglo-americanas, segunda edição).

Para indexação dos documentos imagéticos, o *Memoria Abierta* iniciou seu trabalho utilizando cinco diferentes tesouros relacionados aos direitos humanos. Atualmente é utilizado o *Tesouro de Derechos Humanos*²¹ desenvolvido pela *Comisión de Derechos Humanos de Chile* e outras instituições, com adaptações para o acervo em questão, que contém grande parte dos termos necessários para as fotografias da época da ditadura na Argentina.

²¹ O *Tesouro de Derechos Humanos* foi desenvolvido com auxílio da *Fundación de Documentación de la Vicaría de la Solidaridad*, que será apresentada nos próximos itens.

A seguir, apresentamos o exemplo de catalogação sistemática da fotografia anterior. Os dados foram retirados do sistema do *Memoria Abierta*:

Quadro 1: Exemplo de catalogação sistemática de fotografia do acervo do Memoria Abierta

Ubicación física	I ARG2 001		
Fotógrafo	Rilo, Jorge, fotógrafo		
Título descriptivo	Graciela y Jorge Imhoff, 1987	Origen del título	Construido
Ciudad de la editorial	[Buenos Aires]		
País de la editorial	AR		
Información descriptiva	1 fotografia : byn ; 2817 x 2125 px		
	Tipo de Plano	Plano general	Orientación Horizontal
Fecha de publicación	12 de febrero de 1987		
Fecha normalizada ISSO	19870212		
Colección	Colección ARGRA sobre originales presos políticos		
Impresión del documento	Impreso Digital		
Notas	Jorge y Graciela Imhoff, quienes denunciaron la muerte de su hijo Enrique de 18 meses a manos de un integrante del Servicio de Inteligencia del Ejército, observan un tape donde Gustavo Francisco Bueno denuncia el accionar del SIDE en Rosario durante la dictadura		
Descriptor (cont. temático)	FAMILIARES NIÑO ASESINADO VICTIMA DE LA REPRESIÓN SERVICIO DE INTELIGENCIA DICTADURA		
Iconografía	OBJETOS, Televisor		
Países primários	ARGENTINA		
Personas nombradas	Benedetto de Imhoff, Graciela Imhoff, Jorge Bueno, Gustavo Francisco		
Bibliotecária	ES		

Fonte: *Memoria Abierta*

O arquivo fotográfico reúne imagens e inventários, não comportando a parte de imprensa, como reportagens e artigos publicados relacionados às imagens existentes. Hoje, estão inseridas na base de dados mais de 700 imagens e foram desenvolvidos, a partir da coleção de materiais, catálogos que indicam a disposição física dos documentos e inventários arquivísticos. Ambos estão disponíveis em material impresso no *Memoria Abierta* e possuem epígrafes, que consiste na descrição da fotografia através de linguagem natural pelos fotógrafos ou pessoas que estiveram presentes no momento em que a imagem foi captada ou que possuam informações sobre esse contexto.

Os documentos estão mantidos em ordem de acordo com os princípios arquivísticos e, aqueles que estão sob a guarda do *Memoria Abierta* (originais ou cópias), armazenados em ambiente climatizado. As cópias são produzidas pela instituição devido à falta de condições de preservação de alguns órgãos conveniados, a fim de assegurar a construção da memória social através destas imagens.

Há uma proposta de unificação do acervo em um mesmo ambiente, que estaria situado no *Archivo Nacional de la Memoria*, mas ainda não existe um consenso entre os organismos envolvidos sobre esta decisão. Uma vez que o acervo está fisicamente separado entre as instituições, esforça-se para utilizar um padrão de processamento técnico do documento, empregando-se os mesmos princípios e, principalmente, mesmos formatos e normas de organização para garantir o intercâmbio de informações entre os arquivos.

Um manual de procedimentos estava sendo desenvolvido no final de 2012 para este fim. O acervo está dividido em coleções fotográficas, indicadas no quadro anterior, que, por sua vez, são classificadas como: institucional, pessoal ou temática, considerando a proveniência do documento e necessidade de busca do usuário.

O *Memoria Abierta* observou que grande parte das pesquisas solicitadas à instituição era relacionada com as informações disponíveis na imagem, e para abranger essa descrição, atendendo mais especificamente aos pedidos, criou o campo “iconografia” na sua planilha de catalogação, que descreve as imagens identificadas como, por exemplo, objetos (ex.: bandeira, televisor) ou pessoas (ex.: aparece Sara Brodsky de perfil). Também é corrente a pesquisa de fotos de momentos históricos marcantes e imagens de datas importantes, em geral. A seguir estão listadas as coleções do *Memoria Abierta*:

Quadro 2: Lista de coleções do arquivo fotográfico do *Memoria Abierta*

Coleções institucionais	AGN ARGRA Familiares desaparecidos y detenidos por Razones políticas Madres de Plaza de Mayo - Línea Fundadora Maria del Rosario Cerrutti CELS CONADEP CeDInCI
Coleções temáticas	Astillero ASTARSA Malvinas Niños y Abuelas Represores Personas desaparecidas Sitios de memorialización
Coleções pessoais	Adelina Alaye Carmen Lapacó Daniel García Moreno Ocampo Aída Sarti Puchi Vázquez Isabel Mignone Hugo Crosatto Maria del Rosario Cerrutti Eduardo Longoni Eduardo Frias Roberto Pera Vera Jarach

Fonte: *Memoria Abierta*

A página *web* da instituição permite o acesso ao seu arquivo fotográfico por meio de busca direcionada, sendo possível a pesquisa de nomes relacionados ao autor, pessoas retratadas, tema e centros clandestinos. O usuário pode pesquisar pela data do documento ou por suas características físicas, definidas pela instituição: orientação da cópia (horizontal ou vertical); plano da fotografia (grande plano geral, primeiro plano, plano geral ou plano 3/4); iconografia (cartazes, banners, grafites, lenços, objetos, pessoas, retratos). Ainda há a opção de navegação pelo arquivo de acordo com os temas abordados nas fotografias: centros clandestinos de detenção, presos políticos, organizações de direitos humanos, pessoas liberadas, marchas e conferências de imprensa.

O *Memoria Abierta*, por meio de seu arquivo disponível na internet, catálogos, exposições e produções, permite o acesso às principais informações sobre a ditadura e cumpre seu papel social de preservação de parte da memória da nação argentina. Indivíduos da sociedade argentina que participaram ativamente dos atos de recordação e reparação da

violência utilizada durante a ditadura junto com os documentos organizados pela instituição, somam-se às manifestações e aos processos criadores de memória que ocorrem até hoje, em todo o país.

5.2 Londres 38

O Chile protagonizou um longo e contínuo período de ditadura, a partir do golpe de 1973, que depôs o presidente Salvador Allende e deu início ao governo do general Pinochet. Em 1974 foi criada a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), que tinha como objetivo a detenção de forças contrárias ao governo militar e com ideais socialistas. Segundo Mix (2004, p. 15), “*vamos a extirpar el cáncer marxista*” foi a frase que regeu o discurso do general Leigh, no Chile, postura contrária a toda e qualquer determinação de direito do ser humano.

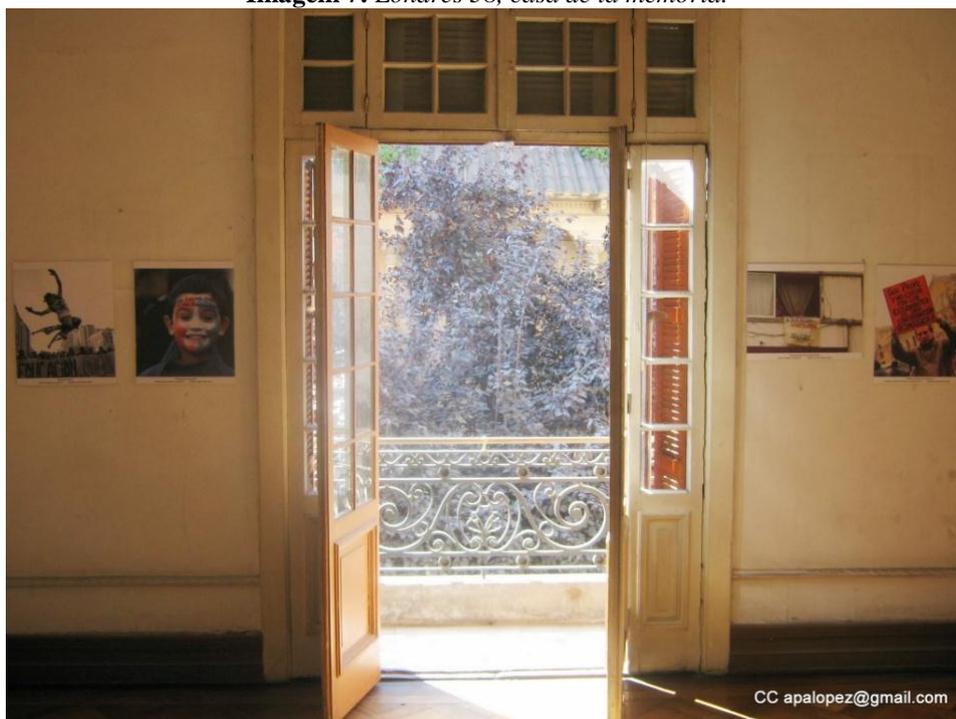
O período de repressão militar chileno teve seu fim oficial em 1990, quando Patricio Aylwin foi eleito, prometendo a volta da democracia ao país e punição dos militares envolvidos com os crimes durante a ditadura. A eleição foi fruto do plebiscito popular de 1987, que vetou a constituição promulgada por Augusto Pinochet em 1980, que legalizava seu governo ditatorial.

Dentre os diversos centros de detenção onde eram realizadas sessões de tortura nos presos políticos estava uma casa na rua Londres, número 38. A casa era sede do Partido Socialista e foi desapropriada em 1973 para, no ano seguinte, se tornar o primeiro centro de operação da recém-criada DINA contra o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR).

Um número indeterminado de pessoas foram detidas e torturadas na *Londres 38*. Hoje se tem a comprovação de 98 pessoas que foram mortas, desapareceram ou morreram em consequência das torturas sofridas, após terem sido levadas para a casa, na rua Londres, número 38. Dentre eles, contam-se 84 homens e 14 mulheres, das quais duas estavam grávidas, membros do MIR, do Partido Comunista e do Partido Socialista.

Às vésperas da posse do governo civil de Patricio Aylwin, o governo militar, como estratégia de defesa, trocou o número da casa, fazendo com que possíveis denúncias futuras fossem infundadas, pois a memória das vítimas que estiveram no local levava a um lugar inexistente. A recuperação de sua história começou nesse mesmo ano com as investigações por parte dos familiares e organizações não governamentais, e foi tema constante das lutas pelos direitos das vítimas e seus parentes nas décadas de 1980 e 1990.

Imagem 7: *Londres 38, casa de la memória.*



Autor: André Porto Ancona Lopez (2013)

Hoje, a *Londres 38* se autodenomina como um espaço de memória e reúne um grupo multidisciplinar de pesquisadores que contribui com o conhecimento e transmissão da história do local. A partir da redemocratização do Chile, alguns coletivos iniciaram o processo de reconstituição das histórias da *Londres 38* e os processos judiciais contra os militares envolvidos nas práticas de tortura e assassinato. Apenas 13 foram julgados e os culpados cumprem as penas estabelecidas. Outros 54 casos estão abertos e os 29 restantes foram absolvidos com base na Lei de Anistia do país.

Em outubro de 2008, o governo do Chile aprovou a proposta da criação de uma mesa de trabalho relacionada ao sítio histórico. Na época, juntavam-se três organismos: a própria *Londres 38*, o *199 familiares y compañeros* e *Memoria 119*²²; além de outras instituições relacionadas com o imóvel. Os trabalhos de outubro de 2008 a junho de 2009, juntamente com órgãos governamentais, resultaram na criação de uma única entidade, a *Londres 38, Casa de la Memoria*. Em 2010, o coletivo *Memoria 119* separou-se do grupo de trabalho, mas as iniciativas desse coletivo continuaram a contribuir na revelação de violações dos direitos humanos.

²² Estes dois organismos têm relação com o caso dos 119 desaparecidos, que será citado e explicado à frente. Ambos trabalham com intuito de evitar a impunidade dos envolvidos no desaparecimento e na manipulação das informações sobre essas pessoas.

A *Londres 38* tem como missão a discussão do que ocorreu durante os 17 anos de ditadura no Chile, a partir da memória que envolve a casa. Em seus princípios, reconhecem:

A necessidade de gerar novos modos de pensar e fazer a política, quer dizer, as formas e disputas pela construção da ordem social, respeitando o direito à vida e às liberdades fundamentais. Afirmamos, neste sentido, o princípio e a aspiração ética e política de que a ordem pode disputar, transformar e governar sem que seja condição para ela a eliminação (desaparecimento) do outro ou a imposição de uma única resposta ou ideologia de caráter ditatorial ou totalitário. (*LONDRES 38*, 2013, tradução livre)

Acervo fotográfico da *Londres 38*

O arquivo histórico da *Londres 38* contrapõe a noção de arquivo, pois ainda não possuem acervo para ser considerado histórico. O que se produz, hoje, é o arquivo decorrente das atividades do grupo de trabalho, que envolvem as temáticas da ditadura e violação dos direitos humanos. As atividades variam de investigações acadêmicas a exposições de diversos materiais que relatem situações vividas naquele lugar.

Entendemos esse acervo, no entanto, como parte de um arquivo permanente de caráter administrativo e que, posteriormente, poderá englobar um acervo mais abrangente, onde serão incluídos os materiais utilizados nas investigações relacionadas ao centro de tortura da *Londres 38*, além de dossiês específicos referente à trajetória de cada vítima da casa. As fotografias de familiares que começam a compor o acervo histórico estão sendo digitalizadas para construir fundos para cada um dos identificados desaparecidos ou mortos na *Londres 38*.

Na internet, está disponível um “arquivo digital”, onde a instituição digitaliza e/ou disponibiliza documentos textuais de diversos tipos, uma galeria de fotos e alguns cartazes de atos ou mobilizações institucionais. As fotografias estão dispostas de acordo com o evento a que se relacionam.

Analisando as características desses documentos fotográficos, percebemos que a maioria dos conjuntos de fotografias disponíveis poderiam ser caracterizadas como séries de um arquivo permanente, pois estão organizadas de acordo com o seu contexto de produção e possuem referências de produtor, data, idioma, tema, ano, período relacionado, local de armazenamento/disponibilização, tipo de documento e fotógrafo. Essas fotografias possuem relações diretas com as atividades da instituição. Na imagem abaixo é possível observar como as fotografias estão dispostas na *web* e as informações que as acompanham:

Imagem 8: Galeria de fotografias do arquivo digital da *Londres 38* na página web da instituição

The screenshot shows the website interface for 'Londres 38 espacio de memorias'. The header includes the logo and tagline 'Ex centro de represión y exterminio (septiembre de 1973 - septiembre de 1974)'. A navigation menu at the top has options: Inicio, Qué hacemos, El lugar, Actualidad, and Archivo digital (versión beta). The main content area is titled 'Fotografías' and features a search bar and a document card. The document card for 'Día Internacional de los Derechos Humanos 2010, en Londres 38' includes a description: 'Serie fotográfica que documenta la conmemoración del Día Internacional de los Derechos Humanos con imágenes del interior y exterior de la casa de Londres 38.' Below the text is a gallery of small photo thumbnails and a large main photo showing a group of people sitting on a street for a commemorative event. A metadata sidebar on the left lists details such as 'Fecha del documento: 10/12/2010', 'Idioma: Español', 'Tema: Actividades en Londres 38', 'Año: 2010', 'Período: 1990-', 'Ubicación: Web', 'Tipo de documento: Fotografías', and 'Fotógrafo: Marcos Guíñez'.

Fonte: www.londres38.cl

Porém, uma das galerias disponíveis possui características diferenciadas, pois apresenta quatro fotos antigas e um mapa da Villa Grimaldi²³, no tempo em que o local ainda não havia sido destinado a centro de tortura. Essas fotografias aparecem junto às outras galerias com o mesmo formato de descrição, porém, ao analisarmos seu conteúdo informativo, não conseguimos definir se elas fizeram parte de alguma atividade administrativa ou se foram inseridas no arquivo apenas por serem relacionadas à outra importante sede do governo ditatorial. Tampouco conseguimos na descrição desses documentos informações sobre seu contexto de produção, artístico ou arquivístico.

²³ A Villa Grimaldi foi adquirida pela DINA, em 1973, logo após o golpe militar. Segundo os familiares de seu antigo dono, Emilio Vasallo sentiu-se obrigado a vender o imóvel para proteger sua família. A partir daquele momento, o local foi ocupado pela *Brigada de Inteligencia Metropolitana* (BIM) e pelo *Cuartel Terranova*, principal centro de detenção e tortura durante a ditadura chilena. Por esse espaço acredita-se que passaram 4.500 prisioneiros, e 236 foram assassinados e continuam desaparecidos. Em 1978 o local foi vendido e seria demolido para a construção de um conjunto habitacional, porém o movimento civil da *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos de Peñalolén y la Reina* iniciou um processo para que o sítio fosse mantido em sua estrutura original para dar origem à luta contra a violação dos direitos humanos. Em 1994 o local foi aberto à sociedade e, em 1997, foi inaugurado ali o *Parque pela Paz*, um exemplo de lugar de memória.

Outra forma de apresentação de fotografias pela *Londres 38* está em suas exposições itinerantes. No site da instituição é possível acessar documentos de apresentação das três exposições disponíveis, para que sejam solicitadas e realizadas em diferentes lugares e eventos. A exposição “*Fotos y Movilización Estudiantil: Un año de Luchas*” foi montada a partir da seleção de 19 fotografias entre milhares enviadas à instituição, produzidas por pessoas envolvidas em movimentos relacionados à luta contra a violação dos direitos humanos nos anos de 2011 e 2012. Essa exposição, segundo a entidade:

(...) busca coletar parte das memórias das mobilizações sociais do último ano naquelas fotografias com foco nas cumplicidades e desigualdades que antes, durante e depois da ditadura têm operado para negar e frustrar os direitos do povo, como o de uma educação pública, gratuita e de qualidade. (*LONDRES 38*, tradução livre).

Já as outras duas exposições utilizam a fotografia juntamente com outras informações em painéis para ilustrar os acontecimentos. A “*Montajes comunicacionales del pasado y el presente*”, apresenta pôsteres que mostram a história das pessoas da “lista dos 119²⁴” e as fotografias de todas as pessoas que desapareceram ou foram executadas após terem sido vistas, pela última vez, na casa da *Londres 38*.

A exposição “*¿DÓNDE ESTÁN? ¿DÓNDE ESTÁ? El caso de José Huenante, detenido desaparecido en democracia*” apresenta um outro projeto relacionado à fotografia, no qual diversos artistas fizeram reproduções utilizando fotografias e documentos pessoais de José Huenante, adolescente que foi preso e desapareceu em três de setembro de 2005, tornando-se uma vítima da violação dos direitos humanos já durante um regime democrático do país. Em 2011, diversos artistas fizeram uma releitura do caso a partir das fotografias e documentos pessoais do menino, e foram expostas durante uma semana em edifícios e na rua. Essas imagens formam a exposição, que é uma tentativa de manter viva a memória do caso, revelando a indiferença do governo em explicar o desaparecimento de pessoas. As exposições contam ainda com material audiovisual desenvolvido para acompanhar cada projeto. Os

²⁴ O caso da “Lista dos 119” foi uma manobra do governo de Pinochet para explicar o desaparecimento de militantes de partidos políticos de esquerda, sequestrados pela DINA. O governo, através dos meios de comunicação, divulgou a lista com o nome dessas pessoas relacionando-os a guerrilhas que estariam organizando-se na Argentina para atacar o Chile. A informação publicada meses após os desaparecimentos foi que as 119 pessoas haviam sido mortas pelos próprios companheiros de guerrilha, por problemas internos, ou por confrontos com rebeldes. Diversas publicações foram realizadas pelos familiares das vítimas e instituições de direitos humanos, que denunciavam a falsidade das informações. Posteriormente, a *Comisión de Verdad y Reconciliación* determinou que essas 119 pessoas haviam sido sequestradas, torturadas e assassinadas no Chile pelos próprios órgãos de segurança do governo.

exemplos acima se tornam relevantes à nossa pesquisa, pois exploram o uso das fotografias relacionadas à temática dos direitos humanos em novas reproduções com novas finalidades.

A inexistência de um grande acervo histórico na *Londres 38* faz com que suas características mais importantes sejam ainda transmitidas por meio da noção do que se passou dentro da própria casa. Apesar desse valor indiscutível, segundo a arquivista Paulina Bravo, a instituição pretende reunir os arquivos referentes às vítimas que passaram pelo lugar e possibilitar a continuação das investigações que são realizadas no local.

5.3 *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*²⁵

Logo após o golpe militar e o início da ditadura do governo Pinochet, o vigário da zona oeste de Santiago, da Igreja Católica, Monsenhor Fernando Ariztía, foi contactado pelo Conselho Mundial de Igrejas, que destacou a necessidade da criação de uma instituição que agisse em defesa das vítimas das violações cometidas pelos órgãos de segurança chilenos e amparasse as famílias dos detidos e desaparecidos de maneira legal e social. Assim, juntamente com o bispo luterano Don Helmut Frenz; o rabino Don Angel Kreiman; Don José Elias, da igreja ortodoxa e alguns pastores de igrejas evangélicas, criou o *Comité Para la Paz en Chile (Comité Pro Paz)*.

O Comité trabalhou até 1976, quando teve suas atividades proibidas por ordem do general Pinochet. Para não deixar desamparadas as milhares de pessoas que contavam com o poder da Igreja na busca pelo paradeiro de seus familiares e na exposição dos atos de violência cometidos pelo Estado, o Cardeal Raúl Silva Henríquez criou, para dar continuidade às atividades propostas pelo comitê, a *Vicaría de la Solidaridad del Arzobispado de Santiago*.

Os processos que passaram pela *Vicaría* geraram um enorme arquivo, que, desde o princípio, teve seu tratamento focado na manutenção das características orgânicas dos documentos, comprovação de sua autenticidade e uso desses documentos como provas fidedignas. Durante esse período, os tribunais declaravam que os indivíduos, que eram procurados por seus familiares, não estavam detidos e até mesmo, não existiam.

A preparação de processos a partir de documentos pessoais, cartas, fotografias procurava criar bases legais para a busca de informações sobre as pessoas que estavam desaparecidas, provando sua existência. Os documentos recolhidos pela *Vicaría*, desde certidões de nascimento até testemunhos orais, serviam de respaldo para a defesa e denúncia.

Após o fim da ditadura, em 1992, foi criada a *Fundación de Documentación y Archivo*, a fim de custodiar os arquivos da extinta *Vicaría de la Solidaridad* e seu antecessor, o *Comité Pro Paz*. Suas atividades tiveram início no ano de 1993 e a instituição ocupou-se em preservar e organizar os documentos e informações geradas durante a ditadura chilena, de setembro de 1973 até março de 1990.

²⁵ O trabalho realizado pela Vicaría de la Solidaridad foi retratado na série televisiva chilena “*Los archivos del cardenal*”, estreada em 2011.

O arquivo da *Vicaría de la Solidaridad* no Chile, chamada também “*La Conciencia de Chile*”, já que documentou de forma exaustiva todos os casos que lhe denunciaram os familiares de desaparecidos e reprimidos, é uma fonte inestimável de conhecimento do passado ditatorial chileno. Por isso recebeu o prêmio Simon Bolívar de 1988 por sua luta a favor do respeito aos direitos humanos. A importância, por fim, deste arquivo levou à sua inclusão, em 2003, no Registro Memoria do Mundo da UNESCO, junto com outros fundos documentais chilenos de diversas organizações de direitos humanos. (QUINTANA, 2009, p. 62, tradução livre).

Após o término da ditadura, a *Fundación de Documentación y Archivo* foi designada para organizar nos mesmos centros ou arquivos os documentos e informações que mantinham sobre o trabalho da Igreja Católica durante o período antecedente.

A instituição define como seu objetivo disponibilizar à sociedade documentos que possam colaborar com a “construção de uma sociedade fundada na verdade, na justiça e no respeito dos direitos humanos”. A organização do arquivo da *Fundación de Documentación* deu-se de acordo com quatro conjuntos de documento encontrados²⁶:

1-Centro de Informação Jurídica

Contém documentos de caráter jurídico referentes às 45.000 pessoas que foram atendidas pelo *Comité para la Paz em Chile* e pela *Vicaría de la Solidaridad*. Consistem em cópias – e não em poucos casos são documentos únicos – de processos judiciais e outros documentos de caráter similar, tais como:

- processos por delitos políticos;
- recursos de amparo (Habeas Corpus) e de proteção a favor dos detidos, expulsos do país, renegados, desaparecidos, etc.;
- processos por torturas, mortes, sequestros, testemunhos e declarações juramentadas, etc.;
- denúncias perante organismos internacionais, entre outros.

O número é superior aos 85.000 documentos.

2- Centro de Microfilmes

Contém reproduzida em microfilmes grande parte da informação de maior grau de confidencialidade e dos documentos de difícil reprodução e maior importância do Centro de Informação Jurídica.

²⁶ Os dados foram livremente e literalmente traduzidos da página web da *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*.

3-Arquivo computacional

Esse arquivo contém informação sobre todos os atos repressivos conhecidos pela *Vicaría de la Solidaridad*, desde 1984 em diante e das ações jurídicas desenvolvidas para enfrentar tais situações. A respeito dos temas de maior importância histórica, são todos os casos de violações aos direitos humanos que resultaram em morte ou desaparecimento. As informações abrangem todo o período de ditadura militar.

4-Centro de Documentação Pública

Contém uma coleção bibliográfica sobre direitos humanos com 4.200 títulos; 4.000 documentos editados pela própria *Vicaría de la Solidaridad* e por outros organismos chilenos e estrangeiros sobre o tema; 84 títulos de publicações periódicas (59 chilenas e 25 estrangeiras); 687.000 recortes de imprensa chilena, classificados por temas e que abrangem o período de 1973 até a data atual. Além disso, inclui um arquivo fotográfico e uma videoteca composta por quase 200 documentários e filmes sobre direitos humanos.

Os documentos formam um acervo sobre os atos e defesas da *Vicaría* durante a ditadura militar e goza de legitimidade e reconhecimento nacional e internacional. A documentação jurídica pode apenas ser consultada no local; a maioria requer autorização, por se tratar de documentos pessoais.

Acervo fotográfico da *Fundación Vicaría de la Solidaridad*

O acervo fotográfico da *Fundación Vicaría* consiste basicamente de imagens de detidos, desaparecidos ou executados; imagens da *Revista de la Solidaridad* e imagens de manifestações. Algumas fotografias encontram-se disponíveis em uma biblioteca digital com informações sobre seu produtor, título, ano, coleção e notas.

Possui no arquivo físico negativos e positivos, em ordem alfabética (no caso das fotos de desaparecidos e assassinados) ou temática (em se tratando de fotografias da revista). Os documentos mais consultados são positivados e descritos.

As fotografias possuem armazenamento com materiais neutros para a preservação física, desde 2002, quando foi percebida a necessidade de atenção aos aspectos materiais dos documentos. A *Fundación* tem como objetivo digitalizar o arquivo completo, de mais de 80.000 documentos, a fim de preservá-los e facilitar seu acesso, quando necessário.

Além da preocupação da instituição, a fundação, por tratar-se de uma entidade de custódia de um arquivo definido, mantém os vínculos dos documentos fotográficos com os outros documentos de seu acervo. Para isso, possui identificadores que facilitam na busca pelo documento em seu local de acondicionamento com identificação de seu papel no fundo.

A imagem apresentada a seguir é um exemplo das fichas que são preenchidas e inseridas juntamente aos outros documentos convencionais do acervo.

Imagem 9: Ficha de referência de fotografias do arquivo da *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*



Fonte: Arquivo da *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*

A fundação, juntamente com outras instituições, criou o *Tesouro de Derechos Humanos*, que é utilizado em diversas organizações (o *Memoria Abierta* adequa o tesouro chileno às necessidades de seu acervo). Baseiam-se na classificação de Dewey e em diferentes métodos de organização para cada tipo de acervo. O sistema *Winisis* foi adaptado à descrição do acervo de documentos textuais, imagéticos e audiovisuais.

O acesso virtual ao acervo da fundação é realizado por meio de uma biblioteca digital. Nesse ambiente, é possível consultar documentos por autor, título e ano, vinculado ao tipo de documento e classificados como: imagem, vídeo, documento, áudio ou apresentações.

Esse acervo digital, porém, não apresenta as informações arquivísticas que são utilizadas, não sendo possível consultar séries ou dossiês inteiros, apenas documentos isolados. Possui 1526 documentos imagéticos disponíveis. A seguir, recorte de resultado da busca realizada²⁷ na biblioteca digital da fundação, acompanhado pela cópia digital da fotografia.

Imagem 10: Resultado de busca na página *web* da biblioteca digital da *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*

The screenshot displays the website interface for the 'SALA VIRTUAL VICARÍA DE LA SOLIDARIDAD'. The header includes the logo of the 'ARZOBISPADO DE SANTIAGO FUNDACIÓN DOCUMENTACIÓN Y ARCHIVO DE LA VICARÍA DE LA SOLIDARIDAD' and navigation links for 'INICIO - MAPA - CONTACTO'. A left sidebar contains a menu with options: 'HISTORIA', 'CRONOLOGÍA', 'VICARIA EN ACCIÓN', 'EL LEGADO DE LA VICARIA', and 'BIBLIOTECA DIGITAL' (highlighted in red). Below the menu is a search bar and a list of document types: 'Buscador', 'Imagen', 'Video', 'Documentos', 'Audio', and 'Presentaciones'. The main content area shows 'BIBLIOTECA DIGITAL' and 'Coincidencias encontradas: 20'. Three search results are listed, each with the following details: 'Autor: Archivo Iconográfico Vicaría de la Solidaridad', 'Título: Investigación por hallazgo de osamentas en Hornos de Lonquén', 'Año: 1978', 'Colección: Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad', and 'Número de Páginas: 1'. Each result includes a 'Ver Documento' link with a small icon.

Fonte: www.archivovicaria.cl

²⁷ A busca foi direcionada para recuperação dos documentos imagéticos relacionados aos *Hornos de Lonquén*, investigação realizada com auxílio da *Vicaría de la Solidaridad*. O caso dos “hornos de Lonquén” será apresentado adiante. Para essa busca, inserimos diretamente a frase “*Investigación por hallazgo de osamentas en Hornos de Lonquén*” no campo “título” e relacionamos ao tipo de documento “imagens”.

Abaixo, segue a imagem disponibilizada na web, que está vinculada a uma das referências recuperadas na busca simulada acima:

Imagem 11: Investigação por descobrimento de ossadas nos *Hornos de Lonquén*



Fonte: www.archivovicaria.cl

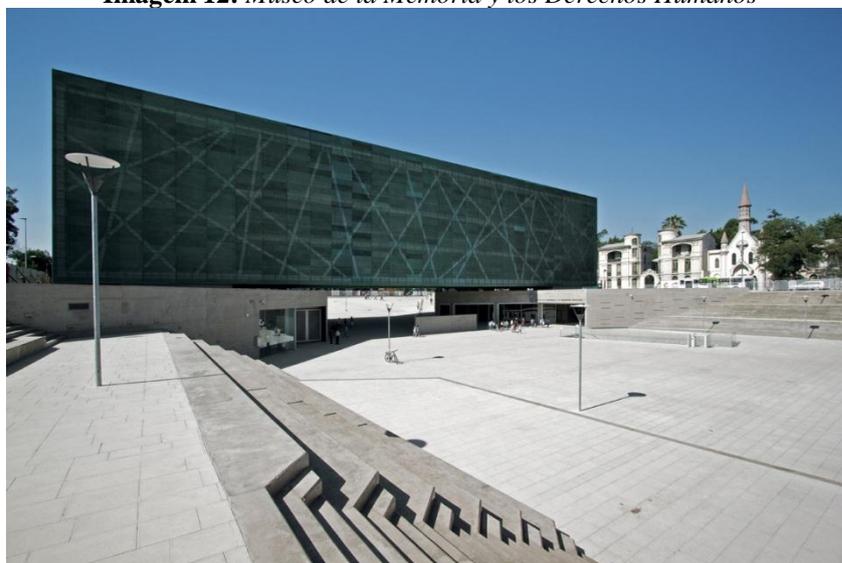
A *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad* apresenta o papel fundamental de preservar e administrar esse patrimônio documental, gráfico e audiovisual, que faz parte da história do Chile e da Igreja chilena do período ditatorial.

5.4 *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*²⁸

O processo de redemocratização do Chile deu início a diversas iniciativas, nas quais se propunha revelar os atos violentos da repressão militar do governo de Pinochet, como vimos no projeto da *Londres 38*. A idealização do *Museo de la Memoria y Derechos Humanos* do Chile proporcionou à sociedade chilena a construção de um lugar de memória, mesmo que ele não fizesse parte da história passada, onde fossem reunidos todos os tipos de lembranças e documentos relacionados aos atos cometidos na ditadura e seus personagens.

O *Museo de la Memoria* foi idealizado com intuito de estimular a discussão e exposição das violações cometidas pelo Estado do Chile entre 1973 e 1990, para que tais atitudes não voltem a se repetir. Seu projeto data de 2007, e, no ano seguinte, foram recebidas as doações das coleções da *Casa de la Memoria*, dando início ao acervo do museu. No final do ano de 2009, o edifício destinado ao museu foi concluído e a organização de sua mostra museográfica iniciada. Sua inauguração foi realizada no início de 2010, pela presidente Michelle Bachelet.

Imagem 12: *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*



Fonte: Plataforma Arquitectura
Autor: Nico Saieh

²⁸A descrição do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* é parte do artigo “Organização e representação da informação em documentos de preservação da memória social: o acervo do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* do Chile”, aprovado para publicação nos anais do I Congresso ISKO Espanha e Portugal/XI Congreso ISKO España.

O museu define seus valores como: “respeito, tolerância e transparência”. Valores esses que garantem o trabalho desse espaço de memória de acordo com sua visão: “[...] ser um espaço que contribua para que a cultura dos direitos humanos e dos valores democráticos se convertam no fundamento ético compartilhado²⁹”.

As coleções do MMDH são compostas de materiais em variados suportes e são divididas em objetos e arquivos documentais. Os objetos são representados por materiais que dignificam as vítimas da repressão, representam lugares de tortura e outros lugares de memória, mostram manifestações ocorridas durante e após o período e exibem a participação de organismos de defesa dos direitos humanos.

Os documentos de arquivos estão divididos em:

- Arquivos de memória, reunindo fundos de organizações sociais e pessoais que apresentam: cartas; testemunhos; denúncias; prontuários médicos; processos jurídicos; cartilhas etc.
- Documentos oficiais relacionados às restrições coletivas e pessoais, tais como: decretos e normas.
- Publicações produzidas no Chile, ou no exterior, tais como: reportagens; narrativas; pesquisas; textos científicos sobre os acontecimentos ocorridos entre 1973 e 1990.
- Publicações e informes de organismos internacionais.
- Processos judiciais relacionados a conselhos de guerra, recursos e processos representativos.
- Arquivos de imprensa.
- Arquivos sonoros.
- Arquivos fotográficos, referentes às vítimas, lugares de tortura, atividades do período, comemorações etc.
- Documentos gráficos tais como: cartazes e panfletos.
- Arquivos audiovisuais produzidos em qualquer época, referentes aos assuntos relacionados à repressão e
- Coleção de entrevistas com relatos de experiência.

²⁹ Tradução livre de frase retirada do site do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* do Chile.

O acervo é constituído de doações de instituições ou pessoas, que são categorizadas e possuem regulamentação que garantem direitos e responsabilidades das partes envolvidas por meio de um convênio firmado. Os acervos ou documentos podem ser entregues ao museu por:

- doação: entrega à perpetuidade de patrimônio em vida.
- comodato: doação temporária em vida.
- legado: doação estabelecida em testamento.
- câmbio: intercâmbio de materiais com instituições afins.
- achados: frutos de trabalhos de campo.

Não há exigência do museu sobre o que deve estar presente em seu acervo, sendo ele adaptável aos materiais que são entregues por vontade das pessoas ou instituições doadoras. O museu conta ainda com equipe e laboratório para conservação e restauração dos objetos e documentos adquiridos, preocupando-se com as condições de guarda e uso dos mesmos.

O arquivo depende da *Área de Colecciones e Investigación* do museu, onde se situa o *Centro de Documentación* (CEDOC), que é um dos instrumentos operacionais que permite a consulta de suas coleções, materiais bibliográficos organizados em biblioteca, objetos e documentos de arquivo. Para suportar a grande diversidade de materiais armazenados pelo museu, foi desenvolvida uma tipologia semelhante às séries documentais de um arquivo tradicional.

São realizadas entrevistas com os doadores ou responsáveis no momento da entrega dos materiais e os arquivistas ou investigadores atribuem a nova coleção a um fundo, que leva o nome do doador e um número de identificação. Após esse procedimento, é realizado o inventário da coleção e sua classificação de acordo com a *Clasificación de Colecciones* do museu, exibida a seguir.

Quadro 3: Classificação para as coleções: tipologia documental

I. DOCUMENTOS	<ul style="list-style-type: none">- Colección Correspondencia: cartas manuscritas e impresas que tengan o no un emisor y receptor, memorándum- Colección Certificados: certificados del Registro Civil, Certificados de instituciones, organismos de DDHH, certificados de instituciones, organismos o centros de detención. Certificados médicos, autorizaciones de visita, pasaportes, diplomas- Colección Actas: actas, acuerdos, resoluciones- Colección Oficios: oficios y circulares- Colección Recursos de amparo- Colección Consejos de Guerra- Colección Tribunales Militares- Colección Procesos Judiciales (Procesos Completos)- Colección Expedientes Judiciales: querellas, denuncias, recursos de protección, recursos de queja, Recursos de inaplicabilidad, sentencias- Colección Informes: informes y textos informativos- Colección Informes Médicos- Colección Manuscritos: diarios de vida testimoniales, de prisión, de huelgas de hambre- Colección Casos: informes de hechos y personas pueden incluir archivos de prensa y otros tipos de documentos- Colección Documentos Legales: Bandos, Decretos, Leyes, Declaraciones Juradas Salvoconductos, Constancias, notificaciones, autorizaciones y permisos, citaciones judiciales- Colección Comunicados y declaraciones públicas- Colección Folletería: folletos, dípticos y trípticos- Colección Discursos: discursos e intervenciones- Colección Entrevistas- Colección Fichas: ficha de atención social, ficha de atención jurídica, formularios- Colección Nóminas y Listados- Colección Sumarios Administrativos- Colección Invitaciones: esquelas- Colección Fichas Policiales- Colección Testimonios y relatos: relatos, narraciones y testimonios sobre situación de prisión política, violación a los derechos humanos- Colección Textos Literarios: relatos, narraciones, cuentos, poemas, ensayos, canciones, obras de teatro, reseñas biográficas, Reseñas históricas- Colección Solicitudes: solicitudes, requerimientos, peticiones- Colección Documentos de Gestión: proyectos, planificación estratégica, planificación anual, presupuestos, balances, auditorías, memoria institucional, organigramas, estadísticas, documentos oficina de Personal y Recursos Humanos
----------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> - Colección Congresos y Seminarios: ponencias y/o trabajos presentados en congresos, seminarios, mesas de trabajo, mesas redondas, jornadas
II. OBJETOS:	<ul style="list-style-type: none"> - Colección Objetos Personales (Biográfico) - Colección Vestigios: restos de algún objeto o lugar de carácter histórico - Colección Arpilleras - Colección Artesanías Carcelarias: elaboradas en hueso, madera, metal, lana, cuero, miga de pan, entre otros - Colección Artesanías: Hechas en otros contextos - Colección Objeto Histórico: objetos en general. Objetos que dan cuenta de situaciones de violaciones y de defensa y protección de los DDHH. Venda, galvano de organismos
III. ICONOGRAFICA: Constituida por material de carácter informativo, de denuncia y difusión	<ul style="list-style-type: none"> - Colección Afiches - Colección Panfletos - Colección Tarjetas - Colección Postales - Colección Autoadhesivos - Colección Mapas: (planos, documentos cartográficos)
IV. DIBUJOS Y OTROS:	<ul style="list-style-type: none"> - Colección Dibujos - Colección Acuarelas - Colección Croquis (Incluye otras expresiones plásticas) - Colección Grabados: xilografía, litografías - Colección Pinturas - Técnicas Mixtas: trabajos y obras de técnicas mixtas, collages
V. PUBLICACIONES:	<ul style="list-style-type: none"> - Colección Recortes de Prensa: recortes de diarios, artículos de revistas con y sin fuente - Colección Publicaciones Seriadas: revistas, diarios, semanarios recursos continuos esto es revistas impresas y digitales, cancioneros con numeración - Colección Libros: libros, monografías, tesis, artículos o capítulos de libros - Colección Prensa Histórica: prensa del día del Golpe o días posteriores, y o que marque hechos relevantes - Colección Maqueta de Publicación
VI. FOTOGRAFICA:	<ul style="list-style-type: none"> - Colección Fotografías en positivo - Colección Negativos - Colección Diapositivas
VII. AUDIOVISUALES:	<p>Incluye documentales, ficción, testimonios, reportajes de prensa, programa de televisión, video arte, animación, videos personales,</p>

	<i>recitales, programa de niños, video musical, tráiler. Sinopsis, registro</i>
VIII. AUDIOS	- <i>Colección Sonora</i>
IX. COLECCIONES PERSONALIZADAS	<i>Incluye colecciones en las que el donante ha establecido el orden u organización previamente y ha declarado su intención de que se mantenga esa unidad</i>

Fonte: *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*

O museu também possui classificação desenvolvida por Emilia Beniscelli e María Luiza Ortiz para materiais bibliográficos relacionados aos direitos humanos. Essa classificação é apenas utilizada pelo museu em seu acervo tradicional, que está disponível nas estantes do CEDOC e aberto à pesquisa. A seguir, observa-se a classificação utilizada e seus campos de abrangência:

Quadro 4: Esquema de classificação para informação documental sobre direitos humanos

1.0. Derechos Civiles	<ul style="list-style-type: none"> 1.1. <i>Derecho a la vida</i> 1.2. <i>Integridad personal</i> 1.3. <i>Esclavitud</i> 1.4. <i>Libertad personal</i> 1.5. <i>Seguridad personal</i> 1.6. <i>Libre determinación de las personas</i> 1.7. <i>Desarrollo igualitario y libre de las personas</i> 1.8. <i>Derecho humanitario</i>
2.0. Derechos Políticos	<ul style="list-style-type: none"> 2.1. <i>Personalidad jurídica</i> 2.2. <i>Nacionalidad</i> 2.3. <i>Residencia</i> 2.4. <i>Participación ciudadana</i>
3.0. Derechos económicos, sociales y culturales	<ul style="list-style-type: none"> 3.1. <i>Condiciones Sociales y Económicas</i> 3.2. <i>Condiciones de Educación y Cultura</i>
4.0. Derechos de los Pueblos	<ul style="list-style-type: none"> 4.1. <i>Ejercicio de la soberanía y libre determinación</i> 4.2. <i>Derecho al desarrollo</i> 4.3. <i>Derecho a la Paz</i> 4.4. <i>Derecho a un Medio Ambiente sano</i>
5.0. Sujetos específicos de Derechos	<ul style="list-style-type: none"> 5.1. <i>Derechos de la Mujer</i> 5.2. <i>Derechos de los Niños y las Niñas</i> 5.3. <i>Derechos de las Minorías o Grupos Vulnerables</i>
6.0. Protección de los Derechos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> 6.1. <i>Mecanismos de Protección de los Derechos Humanos</i> 6.2. <i>Instrumentos Internacionales de Protección de los Derechos Humanos</i>

	6.3. <i>Organismos de Protección de los Derechos Humanos</i>
7.0. Promoción y Difusión de los Derechos Humanos	7.1. <i>Educación para los Derechos Humanos</i> 7.2. <i>Campañas de promoción y difusión de los Derechos Humanos</i>
8.0. Teoría de los Derechos Humanos	0.0. <i>Generalía</i> 0.1. <i>Jurisprudencia</i> 0.2. <i>Legislación Nacional</i> 0.3. <i>Legislación Internacional</i> 0.4. <i>Testimonios</i> 0.0.1. <i>Bibliografías</i> 0.0.2. <i>Obras de Consulta</i> 0.0.3. <i>Manuales</i> 0.0.4. <i>Conferencias, Congresos, etc.</i> 0.0.5. <i>Nóminas, Listados y otros</i> 0.0.6. <i>Informes</i>

Fonte: *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*

Os termos de referência e descrições de documentos em geral englobam informações sobre seu título, doador do arquivo ou documento, vítima relacionada, centro de detenção relacionado e região de ação repressora, data, relação com o momento abordado e temas observados.

Acervo Fotográfico do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*

No intuito de suportar a diversidade de materiais, suportes e informações que o museu armazena, detectou-se a necessidade de softwares adequados para cada tipo de documento e que permitam a adequação às particularidades do acervo. Em vista disso, o museu criou diversas bases para armazenamento de metadados ou informações e acesso.

Utiliza o software *OpenBiblio* para materiais tradicionais (livros, periódicos, artigos) em consulta local. Para consulta *on line* o museu dispõe do software *ICA-ATOM*³⁰, no qual são disponibilizadas informações e imagens sobre objetos e textos de seu acervo geral e ainda, através do *Greenstone*³¹, software para repositórios digitais, a visualização da exposição do museu, com documentos textuais, audiovisuais e imagéticos.

As fotografias que compõem o acervo do museu somam mais de 27.000 unidades, o que corresponde à quase 21% da totalidade de documentos e objetos mantidos pela

³⁰ Disponível em: <http://www.archivomuseodelamemoria.cl:8080/index.php>

³¹ Disponível em: <http://www.bibliotecamuseodelamemoria.cl>

instituição. Segundo Soledad Díaz, bibliotecária responsável pelo acervo do museu, as fotografias da época de ditadura militar no Chile:

[...] têm papel importante na documentação histórica da época, são uma prova tangível dos atos, seus protagonistas, e de uma diversidade de atividades políticas e sociais. Uma vez desaparecidos os atores e cenários capturados, a imagem é uma evidência que sobrevive.

O acervo fotográfico do museu é classificado de acordo com os quadros apresentados anteriormente, não se desvinculando a fotografia de seu conjunto, série ou coleção (conforme o caso). Para exposição, as fotografias são organizadas de acordo com o foco eleito pela curadoria do MMDH.

Imagem 13: Fotografias do acervo do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*



Fonte: *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*

No site da instituição podemos aceder ao arquivo de fundos e coleções do museu, porém na página não há possibilidade de buscas diretas às fotografias. Não há distinção entre busca dos documentos textuais, objetos e fotografias que compõem o acervo histórico. Nessa base de dados, a pesquisa é focada nos fundos e coleções, e não no tipo de documento, e, por esse meio, é possível o acesso às fotografias do arquivo. A maneira que encontramos de recuperar uma lista de fotografias foi por meio do ponto de acesso “fotografia”, disponível na ficha de cada documento, como mostra a imagem na página seguinte.

Pelas características que o museu apresenta no armazenamento e disponibilização de seus documentos, percebemos que a política aplicada ao seu acervo destaca princípios de identificação e organização, que mantém os vínculos originais dos documentos recebidos pela instituição. O museu ainda conta com uma biblioteca, que também possui uma página na internet e disponibiliza os documentos fotográficos, e outros, de seu acervo destacando seu conteúdo informativo.

Imagem 14: Referência digital de fotografia no arquivo de fundos e coleções *do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*

Archivo de Fondos y Colecciones

Museo de la Memoria y los Derechos Humanos

[descripciones archivísticas](#)
[productores](#)
[temas](#)
[recintos](#)
[detención](#)
[hitos](#)
[víctimas](#)
[valech](#)
[víctimas Rettig](#)
[galería](#)
[ubicaciones](#)

Ver descripción archivística

Item 000005 - "Por el NO"



Área de identificación

Código (s) de referencia	CL MMDH 00000617-000001-000005
Título	"Por el NO"
Fecha(s)	= 1988 (Creación)
Nivel de descripción	Item
Volumen, Extensión y soporte	1 fotografía color, 8,6 x 12,6 cm.

Área de contexto

Depósito	Museo de la Memoria y los Derechos Humanos.
Forma de transferencia o adquisición	Donación

Área de contenido y estructura

Alcance y contenido	Fotografía: Pancarta: "Por el no" Reverso: E Parque O Higgins. Previo al plebiscito, enfermeras por el NO, Paty espejo, Dolores Chamarro, Jaime Quezada, Paty Talloni, Jenny, Verito y adelante 1988".
Valoración, destrucción y previsión	Original

Área de condiciones de acceso y utilización

Condiciones que rigen el acceso	Acceso total
Condiciones que rigen la reproducción	previa autorización
Características físicas y requerimientos técnicos	Buen estado de conservación

Puntos de acceso

Temas	<div style="border: 1px solid #C85130; padding: 2px; display: inline-block; margin-right: 10px;">FOTOGRAFÍAS</div> <div style="display: inline-block; margin-right: 10px;">o</div> <div style="border: 1px solid #C85130; padding: 2px; display: inline-block;">PLEBISCITO</div>
-------	--

Institución archivística

Museo de la Memoria y los Derechos Humanos.

Fondo

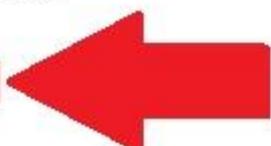
- o Fondo 00000617 - Talloni Valdés Patricia
- o Colección 000001 - Fotografías en positivo
 - o Item 000001 - Cómputos 1986
 - o Item 000002 - Acto en Medicina...
 - o Item 000003 - Asambleas rechazo municipalización...
 - o Item 000004 - Pancarta: "Enfermeras por la vida..."
 - o Item 000005 - "Por el NO"
 - o Item 000006 - Tres mujeres...
 - o Item 000007 - Mujeres
 - o Item 000008 - Libertad de Myriam Bergholtz
 - o Item 000009 - Jornadas de coordinación...

Export

- o Dublin Core 1.1 XML
- o EAD 2002 XML

Almacenamiento físico

- o Mueble Fotografías: Mueble K1 Cajón 7 - Depósito



Fonte: <http://www.museodelamemoria.cl/>

No que diz respeito ao acondicionamento dos documentos fotográficos e sua preservação, o *Museo de la Memoria* possui um local e materiais específicos para o tratamento desse tipo de documento não convencional, de acordo com o recomendado.

Imagem 15: Armários de armazenamento de documentos fotográficos do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*



Fonte: *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*

O museu quer digitalizar a maior parte possível de seu acervo fotográfico, para evitar a manipulação dos suportes físicos. Assim, disponibilizam cópias das imagens ao usuário, mediante solicitação, o que é mais prático e ajuda na preservação dos documentos.

A organização do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* destina-se ao acesso de todo e qualquer interessado nos acontecimentos do período de repressão militar que violou diversos direitos humanos. O intuito da equipe que trabalha no museu é promover a discussão e reflexão sobre os atos e suas repercussões, na intenção de proteger sua nação de novas ações que afetem sua dignidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições analisadas para essa pesquisa apresentam diferentes características em seus objetivos de trabalho que podem nos indicar em que categoria cada uma se encaixa. Consideramos a *Londres 38*, pela particularidade de ter sido um centro de tortura e pelas manobras utilizadas pelo governo para encobrir seus rastros escondendo a casa, como um espaço de memória por si só, independente do acervo que possua.

Os documentos que ainda não formam esse acervo, os quais não sabemos se ainda existem ou se foram eliminados ou perdidos, proporcionariam aos investigadores - que hoje assumem o papel de expor a história do local - informações a mais para a constituição desse trabalho. Apesar disso, o lugar preservado e os testemunhos daqueles que estiveram presos e torturados ali bastam para que a *Londres 38* seja considerada um lugar de memória pela sociedade.

A *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad* assumiu o importante papel de manter viva a memória da *Vicaría* e do *Comité Pro Paz*, importantes atores institucionais durante a ditadura. Devido à estrutura desses organismos, seu acervo teve, no início, um tratamento estritamente arquivístico, já que da autenticidade dos documentos que eram produzidos e acumulados dependia o desfecho de um processo, de uma investigação.

Essa postura adotada no início faz com que, ainda hoje, o acervo do *Comité* e da *Vicaría* seja mantido pela *Fundación* de acordo com os princípios arquivísticos. Dessa forma, consideramos que essa instituição pode ser caracterizada como um arquivo. Hoje possui papel importante por seu acervo histórico na pesquisa sobre a ditadura militar chilena, o papel da igreja católica durante esse período e os julgamentos correntes de violações de direitos humanos e buscas de informações sobre desaparecidos.

O *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* e o *Memoria Abierta* compartilham da função de reunir acervo relacionado às ditaduras militares. As duas instituições trabalham para coletar e centralizar documentos, e, no caso do museu, também objetos relacionados, porém com distintas formas de proporcionar o acesso. Em ambas é possível ao usuário a utilização do acervo para a pesquisa, porém o *Museo de la Memoria* volta-se à organização da exposição permanente e a outros eventos que analisem a história do período de repressão chilena, por meio de mostras culturais históricas. A atividade de apresentar parte do acervo à

sociedade está presente em todas as instituições analisadas, uma vez que há intenção de expor os atos violentos desses períodos, mas os aspectos principais para se caracterizar um museu aparecem evidentes no *Museo de la Memoria*.

O *Memoria Abierta* possui um aspecto particular quanto à forma de reunir os documentos dos organismos conveniados. Quando propôs manter os acervos de cada instituição sob custódia das mesmas e desenvolver uma base de dados digitais com referências dos documentos existentes, o *Memoria Abierta* ampliou a dimensão de seu acervo, pois muitos dos produtores puderam usufruir desse agrupamento de acervos distintos, sem terem que se desfazer dos documentos. Ainda assim, alguns documentos são doados diretamente ao *Memoria Abierta* e outros são copiados, como no caso das fotografias mais requisitadas. Caberia discutir, então, se o acervo dessa instituição seria apenas aquilo que está sob sua custódia ou todos os que estão referenciados em sua base de dados³².

As quatro instituições estudadas possuem relevante acervo de fotografias, e cada uma aplica suas políticas e procedimentos técnicos na organização de seus documentos de acordo com a finalidade proposta. As imagens revelam atos violentos da ditadura militar, expondo seus atores, controem e solidificam a memória sobre indivíduos, tanto as vítimas, como seus familiares em atos de busca de informações sobre essas pessoas. São consideradas importantes ferramentas políticas, jurídicas e sociais, junto com outros tipos de documento.

A tecnologia atual proporcionou um novo meio de acesso às fotografias, para disseminar mais as informações dos documentos e o trabalho realizado pelas instituições de memória analisadas. Assim, o usuário conta com a facilidade de pesquisa em interfaces *web*, com informações sobre os acervos fotográficos e, geralmente, com possibilidade de fazer cópia digital (em baixa resolução ou com a marca d'água da instituição)

Para uma comparação entre as estruturas, finalidades e os acervos fotográficos de cada instituição, elaboramos um quadro com as principais características observadas:

³² Considerando que o foco dessa pesquisa são os documentos fotográficos, e o *Memoria Abierta* possui cópias de fotografias e a digitalização de outras, que estão disponíveis na interface *web*, vamos considerar que as fotografias são parte do acervo da instituição, para que possamos analisar a forma como elas foram organizadas. Nesse contexto, poderíamos considerar que as cópias físicas e digitais das imagens são novos documentos pertencentes ao *Memoria Abierta*, pois em sua instituição de origem possuíam diferentes funções e relações orgânicas.

Quadro 5: Quadro comparativo entre instituições de memória do Chile e Argentina

QUESTÕES ANALISADAS	MEMÓRIA ABIERTA (ARGENTINA)	LONDRES 38 (CHILE)	FUNDACIÓN DE DOCUMENTACIÓN Y ARCHIVO DE LA VICARÍA DE LA SOLIDARIDAD (CHILE)	MUSEO DE LA MEMÓRIA Y LOS DERECHOS HUMANOS (CHILE)
Financiamento	ONG – financiamento de instituições nacionais e estrangeiras	Coletivos e instituições de pesquisa	Ligado à Igreja Católica	Subsidiado pelo governo chileno
Tipo de instituição segundo nossa análise	Centro de informação	Espaço de memória	Arquivo	Museu
Missão	Proporcionar o acesso à informação	Investigar o passado	Custodiar o arquivo da <i>Vicaría de la Solidaridad</i>	Dignificar as vítimas e expor as violações dos direitos humanos
Composição do acervo fotográfico	Fotografias de organismos conveniados	Fotografias de atividades atuais da instituição	Fotografias que fazem parte dos processos abertos pela <i>Vicaría</i> e imagens da <i>Revista de la Solidaridad</i>	Fotografias de fundos pessoais e institucionais, imagens de imprensa e fotógrafos oficiais
Acesso às fotografias	Acesso à parte dos documentos fotográficos por interface web, onde são encontradas informações de descrição de cada fotografia e é possível a visualização em baixa qualidade. O usuário ainda pode solicitar cópia digital em alta resolução, que é liberada mediante autorização do produtor	Acesso através das galerias de imagens disponíveis na web e nas exposições organizadas pela instituição	Acesso à parte dos documentos na biblioteca digital da instituição, disponível na web e consulta no local	Acesso à parte dos documentos no site do museu e nas exposições permanentes ou temporárias

Fonte: Produzido pela autora

Nas estruturas observadas de organização das fotografias, identificamos a predominância de métodos oriundos da Arquivologia em duas instituições. No *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, há uma preocupação em manter os documentos doados à instituição em sua formação original ou, ao menos, mantendo-se o vínculo entre eles. Esse tratamento se estende a todos os tipos de materiais, sejam textuais, objetos ou fotos.

Dessa forma, o museu mantém cada um desses tipos de documentos mais próximo do seu contexto de produção, uma vez que as informações coletadas sobre cada parte doada depende do doador e/ou de pesquisa histórica. A *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*, organiza todos seus documentos de acordo com a ordem original e proveniência, estabelecidas na formação do acervo.

As fotografias, nessas duas instituições, recebem tratamentos especiais devido ao seu suporte físico, com cuidados diferenciados quanto ao acondicionamento. A manutenção dos vínculos orgânicos desses documentos se dá por meio de referências identificadas, que garantem que em cada dossiê seja possível encontrar os que fazem parte daquele conjunto, mesmo que o documento esteja armazenado fisicamente em local separado.

No caso de documentos imagéticos, independente de serem documentos de arquivo ou parte de um banco de imagem, consideramos que a preservação de seu contexto é fundamental para o entendimento da informação retratada. Os centros de memória que conservam os vínculos orgânicos dos documentos exercem bem sua função de arquivo, mantendo o valor testemunhal, de documentos relevantes que, ainda hoje, podem ser essenciais em processos jurídicos e na disponibilização de informação autêntica e fidedigna à sociedade.

O trabalho buscou expor a importância dos acervos relacionados ao tema, focando no potencial que a fotografia possui tanto em seus aspectos como documento arquivístico quanto na interpretação do conteúdo retratado na imagem. Acreditamos que a preservação das informações sobre o contexto da fotografia é essencial para compreender o momento capturado pela imagem e para manter seu valor como testemunho, característica dos documentos de arquivo.

As ditaduras militares se caracterizam pelos enfrentamentos entre parte da sociedade e o governo, que, em todos os países que passaram pelo mesmo processo, utiliza o poder repressivo para conter os atos contrários ao que cada estado propõe. As atitudes desses governos giram em torno da violência física e da falta de informações sobre as pessoas que

foram presas e ficaram desaparecidas durante o período ou que até hoje não têm seu paradeiro confirmado.

Os documentos, textuais e imagéticos, durante esse processo, serviram como ferramentas de comprovação da existência de indivíduos e foram utilizados nas inúmeras manifestações e atos dirigidos por familiares ou vítimas, para comprovar o que estava ocorrendo em cada país, para sua própria população ou para países estrangeiros. A denúncia da violação dos direitos humanos durante as ditaduras militares foi parte importante da luta contra esses regimes.

As instituições que possuem a custódia de arquivos da ditadura militar, por sua vez, representam importante papel como construtores da memória individual ou coletiva, considerando as teorias apresentadas de que faz parte desse processo a consagração de lugares de memória, que resgatam experiências e, inclusive, acercam pessoas que não participaram de períodos repressivos das memórias das vítimas e familiares.

A análise realizada em quatro instituições de memória demonstrou que a fotografia não é negligenciada quanto ao seu valor para os acervos de cada instituição e quanto ao seu papel na luta contra a impunidade de pessoas que cometeram atos violentos contra os direitos humanos durante a repressão militar. A organização eleita por cada instituição, porém, depende do modo como cada acervo é classificado pela própria instituição e sua função nos processos que ela apoia.

Percebemos a preocupação dos profissionais que trabalham com acervos fotográficos em desenvolver ou adaptar métodos para a organização desse tipo de documento, mas isso não descarta a necessidade de se criar ou aprimorar técnicas para o tratamento documental de imagens.

Como pesquisas futuras, pretendemos avançar no estudo do papel das fotografias e outros tipos de documentos que compõe acervos relacionados às violações dos direitos humanos. Um ponto a ser explorado é a relação das instituições com a sociedade na qual está inserida, desde a reação dos familiares e vítimas das ditaduras militares até a forma como a constituição desses centros de memória foram divulgados pela mídia de cada país; e como, a partir dessa relação, as instituições podem ser caracterizadas como lugares de memória.

Outra questão a ser discutida mais a fundo é a existência de leis de arquivo e leis de acesso à informação nos países da América Latina e como essas leis influem no tratamento dos acervos arquivísticos sobre ditadura militar disponíveis nos centros de informação.

Para complementar essa pesquisa, nos parece importante o levantamento de estudos acadêmicos no Chile e na Argentina sobre o tema específico que envolve os acervos fotográficos e a temática da violação dos direitos humanos, assim como os trabalhos que vêm sendo produzidos no Brasil sobre as ditaduras militares no Cone Sul.

Esta pesquisa é uma tentativa de colaborar com os centros de informação que conservam esses documentos, associando os princípios e técnicas oriundos da Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia e áreas relacionadas com os acervos apresentados por cada instituição.

Por fim, espera-se que o desenvolvimento deste trabalho agregue elementos à discussão da fotografia como documento de arquivo e memória, além de colaborar com as questões relacionadas à utilização dos instrumentos de trabalhos desenvolvidos pelos profissionais da informação para a organização de acervos imagéticos em geral.

REFERÊNCIAS

Referências citadas

ABUELAS DE LA PLAZA DE MAYO. Disponível em: <<http://www.abuelas.org.ar/>>. Acesso em: maio 2014.

ASAMBLEA PERMANENTE POR LOS DERECHOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.apdh-argentina.org.ar/>>. Acesso em: maio 2014.

ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. Disponível em: <www.madres.org/>. Acesso em: maio 2014.

BATISTA JR, N. Fotografia e memória: contra a ação do tempo, a foto fortalece a tradição das técnicas de memorização. *Revista Belas Artes*, v. 1, set-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/1/revista-ba-foto-memoria.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

BELLOTTO, H. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como fazer, 8).

BRODSKY, M. (Ed.). *Memoria en construcción: el debate sobre la ESMA*. Buenos Aires: La Marca Editora, 2005.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES. Disponível em: <www.cels.org.ar/>. Acesso em: maio 2014.

CIUDAD de los fotógrafos, La. Direção: Sebastian Moreno. Produção: Sebastian Moreno. Documentário, 80'. Disponível em: <<http://youtu.be/wyzeeU5XmNI>>. Acesso em: maio 2014.

CONTRERAS, T. M. “No tener la foto de la familia es como no formar parte de la historia de la humanidad.” En torno a “La ciudad de los fotógrafos”, de Sebastián Moreno. In: III Congreso Internacional de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual: *Actas Congreso...* Córdoba : AsAECA, 2012. Disponível em: <<http://www.asaeca.org/>>. Acesso em: maio 2014.

DI PIETRO, L. F. Organização e representação da informação em documentos de preservação da memória social: o acervo do Museo de la Memoria y Derechos Humanos do

Chile. In: I Congresso ISKO Espanha e Portugal/XI Congresso ISKO Espanha. 2013, Porto, Portugal. Atas. 2013: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC.MEDIA. p. 204-212. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/749221-I-Congresso-ISKO-Espanha-e-Portugal-XI-Congresso-ISKO-Espana/>>. Acesso em: maio 2014.

DI PIETRO, L. F.; LOPEZ, A. P. A. *Acesso a documentos imagéticos: o acervo fotográfico do Memoria Abierta*. 2013. Trabalho apresentado ao III Congreso Internacional del Conocimiento, Santiago, 2013.

ESPACIO MEMORIA Y DERECHOS HUMANOS. Disponível em: <www.espaciomemoria.ar/>. Acesso em: maio 2014.

FAMILIARES DE DETENIDOS-DESAPARECIDOS POR RAZONES POLÍTICAS. Disponível em: <www.desaparecidos.org/familiares/>. Acesso em: maio 2014.

FELIZARDO, A.; SAMAIN, E. A fotografia como objeto e recurso da memória. *Discursos fotográficos*, Londrina, v. 3, n. 3. p. 205-220, 2007.

FUGUERAS, R. A. *Prólogo*. In: QUINTANA, A. G. Políticas archivísticas para la defensa de los derechos humanos: actualización y ampliación del informe elaborado para UNESCO y Consejo Internacional de Archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos. Paris: Consejo Internacional de Archivos, 2009.

FUNDACIÓN DE DOCUMENTACIÓN Y ARCHIVO DE LA VICARÍA DE LA SOLIDARIDAD. Disponível em: <<http://www.vicariadelasolidaridad.cl/>>. Acesso em: maio 2014.

H.I.J.O.S. Disponível em: <www.hijos-capital.org.ar/>. Acesso em: maio 2014.

KARABABIKIÁN, G. *Archivos y derechos humanos en Argentina*. Boletín del Archivo General de la Nación, v.12, n.119, p. 619-647, 2007.

LA ASOCIACIÓN de fotógrafos independientes (AFI) (1981-1990): la imagen de un país convulsionado. Memoria Chilena. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-3499.html#presentacion>>. Acesso em: maio 2014.

LACERDA, A. *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à Febre Amarela no Brasil*. 2008. Tese

(Doutorado em História)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LONDRES 38: espacio de memorias. Disponível em: <<http://www.londres38.cl/>>. Acesso em: maio 2014.

LOPEZ, A. P. A. Documentos imagéticos de arquivo: uma tentativa de utilização de alguns conceitos de Panofsky. *Sinopses*, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, n. 31, p.49-55, jun. 1999.

_____. As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos fotográficos. 2000. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Princípios arquivísticos e documentos digitais. *Arquivo Rio Claro*, n.2, 2004.

_____. Identificação de tipologias documentais em acervos de trabalhadores. In: MARQUES, A. J.; STAMPA, I. T. (Orgs.). *Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional*. São Paulo & Rio de Janeiro: CUT & Arquivo Nacional, 2012. p.15-31.

MADIO, T. C. de C.; FUJITA, M, S, L. *Importancia de la génesis documental para identificación de acervos fotográficos*. Ibersid, v. 2, p. 251-261, 2008.

MEMORIA ABIERTA. Disponível em: < <http://www.memoriaabierta.org.ar>>. Acesso em: maio 2014.

MIX, M. R. La ditadura militar em Chile e América Latina. In: WASSERMAN, C.; GUAZZELLI, C. A. B. (Orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 11-25.

MORENO, S. *La ciudad de los fotógrafos*. 2006. Documentário. Disponível em: <<http://youtu.be/wyzeeU5XmNI>>. Acesso em: maio 2014.

MOVIMIENTO ECUMÉNICO POR LOS DERECHOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.derechos.net/medh/>>. Acesso em: maio 2014.

MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS. Disponível em <<http://www.museodelamemoria.cl/>>. Acesso em: maio 2014.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, 10, p. 7-28, 1993.

NORA, P.; BREFE, A. C. F. Pierre Nora, ou o historiador da memória. *Historia Social*, Campinas, n.6, p 13-33. 1999. Entrevista.

PEIRCE, C. S. Semiótica. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PETERSON, T. H. The role of archives in strengthening democracy. 2012. In: International Convention of Archivists, 4., 2012, San Bernardo, Chile. *Anais eletrônicos...* San Bernardo: COINDEAR, 2012. Disponível em: <<http://apalopez.info/ivcoindear/coindear.html>>. Acesso em: maio 2014.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212. 1992.

QUINTANA, A. G. *Políticas archivísticas para la defensa de los derechos humanos: actualización y ampliación del informe elaborado para UNESCO y Consejo Internacional de Archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos*. Paris: Consejo Internacional de Archivos, 2009.

ROLDÁN, M. C. B.; LOPEZ, A. P. A. *Aportes metodológicos para conocer la formación archivística en América Latina: punto clave para el avance social del acceso a la información y de los derechos ciudadanos*. 2013. Trabalho apresentado ao III Congreso Internacional: Ciencias, Tecnologías y culturas. Santiago, 2013.

SECRETARIA DE DERECHOS HUMANOS ARGENTINA. Disponível em: <<http://www.jus.gob.ar/derechoshumanos/secretaria/organismos-de-derechos-humanos.aspx>>. Acesso em: maio 2014.

SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. Disponível em: <<http://www.serpaj.org/>>. Acesso em: maio 2014.

VICARÍA DE LA SOLIDARIDAD. Disponível em: <<http://www.archivovicaria.cl/>>. Acesso em: maio 2014.

Outras referências consultadas

ALBUQUERQUE, A. C.; MADIO, T. C. de C. Classificação e fotografia: abordagem conceitual como princípio norteador para um estudo em arquivos, bibliotecas e museus. In: I Congresso ISKO Espanha e Portugal/XI Congresso ISKO Espanha. 2013, Porto, Portugal. Atas. 2013: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC.MEDIA. p. 49-67. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/749221-I-Congresso-ISKO-Espanha-e-Portugal-XI-Congresso-ISKO-Espana/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

BENITEZ, A. S.; RODRIGUEZ, A. A. R. *Archivos fotográficos: pautas para su integración en el entorno digital*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2006.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Tradução Adelina Novaes e Cruz. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, jan./jun. 1994.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Orgs.). *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

LE GOFF. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LOPEZ, A. P. A. El contexto archivístico como directriz para la gestión documental de materiales fotográficos de archivo. *Universum*, Talca, v.23, n.2, p.12-37, 2008.

MADIO, T. C. de C. Uma discussão dos documentos fotográficos em ambiente de arquivo. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 55-68.

NEIVA Jr., E. *A imagem*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

PANOFSKY, E. *Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte da Renascença*. In: _____. *Significado nas Artes Visuais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. p. 45-87.

PARINET, Elisabeth. Diplomatics and institucional photos. *The American Archivist*, Chicago, v. 59, p.480-485, inverno 1996.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SMIT, Johanna W. A representação da imagem. *Informare: cadernos do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.2, p.28-36, jul./dez. 1998.

STERN, J. S. *Memorias em construcción: los retos del pasado presente em Chile, 1989-2011*. Santiago: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2013. (Coleção Signos de la Memoria).

TODOROV, T. *Los usos de la memoria*. Santiago: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2013. (Coleção Signos de la Memoria).

APÊNDICE A

Entidades listadas pela *Secretaria de Derechos Humanos* do governo argentino

Quadro 1: Principais organismos de Direitos Humanos segundo a Secretaria de Direitos Humanos do governo argentino

Organismo	Missão/atividades/objetivos ³³
<i>Abuelas de Plaza de Mayo</i>	“[...] localizar e restituir a suas legítimas famílias todos as crianças sequestradas desaparecidas pela repressão política, e criar as condições para que nunca mais se repita tão terrível violação dos direitos das crianças, exigindo castigo a todos os responsáveis.”
<i>Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH)</i>	“[...] defender a vida e o direito durante os trágicos anos da ditadura militar (1976-1983)” “[...] promover a vigência dos direitos humanos enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e na Constituição Nacional”
<i>Asociación Madres de Plaza de Mayo</i>	“As Madres de Plaza de Mayo reivindicamos a nossos 30.000 filhos desaparecidos sem fazer distinções. [...] reivindicamos o compromisso revolucionário de nossos filhos e levantamos essas mesmas bandeiras de luta. cremos que só a revolução trará uma verdadeira democracia com justiça social e dignidade para nossos povos.”
<i>Centro de Estudios Legales y Sociales</i>	“[...] promoção e proteção dos direitos humanos e fortalecimento do sistema democrático na Argentina.”
<i>Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex ESMA)</i>	“[...] se propõe como um local de homenagens às vítimas e de condenação dos crimes de lesão à humanidade cometidos durante o terrorismo de Estado. Se apresenta, ademais, como um local de referência nacional e internacional de políticas públicas de memória, de promoção de valores democráticos e de defesa dos direitos humanos. É um lugar de intercâmbio cultural e de debate social sobre o terrorismo do Estado e a experiência genocida; um espaço de reflexão sobre o passado recente.”

³³ Buscamos destacar o propósito para o qual foi criada a instituição e as atividades realizadas. Com base nesse entendimento, buscamos informações nos sites de cada instituição. As missões/atividades/objetivos de cada instituição são frases transcritas direta e livremente das páginas *web*.

<i>Familiares de Detenidos-Desaparecidos por Razones Políticas</i>	Buscar informações sobre familiares e conhecidos que foram presos e desapareceram durante a ditadura militar. ³⁴
<i>Hijos y Hijas por la Identidad y la Justicia contral el Olvido y el Silencio (H.I.J.O.S.)</i>	“Exigimos a reconstrução histórica individual e coletiva [...]; exigimos a restituição de nossos irmãos apropriados durante a ditadura militar [...]; reivindicamos o espírito de luta de nossos pais [...]; trabalhamos para conseguir, através da condenação social, uma condenação legal que dê prisão aos assassinos responsáveis do genocídio [...]; Rejeitamos a teoria dos demônios ³⁵ [...]; trabalhamos para conseguir juntarmos todos.”
<i>Memoria Abierta</i>	“[...] fazer com que todo registro do que ocorreu durante a última ditadura militar e suas consequências seja acessível e sirva aos fins de investigação e educação das futuras gerações.”
<i>Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos (MEDH)</i>	“[...] ser um movimento profético, solidário e comprometido de igrejas, que juntas tratam de fazer presente nesse tempo angustiante sinais do reino de Deus: um reino de verdadeira justiça, solidariedade, libertação e paz.”
<i>Servicio Paz y Justicia (SERPAJ)</i>	“[...] promover os valores da paz, da não violência e uma cultura fundada no reconhecimento pleno aos Direitos Humanos.”

Fonte: Produzido pela autora

³⁴ O site da instituição *Familiares de Detenidos-Desaparecidos por Razones Políticas* não possui uma missão declarada, por isso sua missão foi descrita como uma sintetização dos trabalhos realizados pela instituição, em nossas palavras.

³⁵ A teoria dos demônios compara os atos violentos do Estado argentino durante a ditadura aos atos das organizações guerrilheiras. Segundo a teoria, não se poderia analisar e julgar as violações cometidas pelo governo sem considerar que os ataques das guerrilhas eram tão violentos quanto os da ditadura militar. A rejeição dessa teoria implica na convicção de que os atos das Forças Armadas argentinas não se justificam a partir de tal comparação.